



CÂMARA DOS DEPUTADOS

DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

CPI - DÍVIDA PÚBLICA

EVENTO: Audiência Pública	Nº: 2129/09	DATA: 18/11/2009
INÍCIO: 14h55min	TÉRMINO: 18h10min	DURAÇÃO: 03h13min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 03h13min	PÁGINAS: 69	QUARTOS: 39

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

ARMÍNIO FRAGA – Ex-Presidente do Banco Central do Brasil.

PAULO SÉRGIO SOUTO – Presidente do Conselho Regional de Economia do Rio de Janeiro.

SUMÁRIO: Esclarecimentos sobre fatos relacionados ao objeto de investigação da CPI.

OBSERVAÇÕES

Houve exibição de imagens.

Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Márcio Reinaldo Moreira) - Boa tarde.

Declaro aberta a 14^a reunião ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a dívida pública da União, Estados e Municípios, pagamento de juros da mesma, beneficiários desses pagamentos e o seu impacto nas políticas sociais e no desenvolvimento sustentável do País.

Esta reunião de audiência pública foi convocada para tratarmos de fatos relacionados ao objeto de investigações desta Comissão, com a exposição dos Srs. Armínio Fraga, Ex-Presidente do Banco Central do Brasil — para nós é uma honra muito grande recebê-lo; e Paulo Sérgio Souto, Presidente do Conselho Regional de Economia do Rio de Janeiro — também é uma honra muito grande recebê-lo; e para deliberação de requerimentos.

Convido o Sr. Armínio Fraga Neto a usar da palavra para sua exposição, devendo os senhores presentes atentarem para os procedimentos que vamos adotar.

O tempo concedido aos expositores será de 20 minutos, prorrogáveis, não podendo ser aparteados. Os Deputados interessados em tecer considerações deverão inscrever-se previamente junto à Secretaria. O Relator disporá do tempo que for necessário para as suas considerações. O autor dos requerimentos terá o prazo de 15 minutos para tecer suas considerações, computados nesse tempo o prazo para as respostas dos expositores. Cada Deputado inscrito terá o prazo de 10 minutos para tecer considerações, computado nesse tempo o prazo das respostas e dos expositores.

Concedo, com muita honra, a palavra ao Sr. Armínio Fraga, Ex-Presidente do Banco Central.

O SR. ARMÍNIO FRAGA - Boa tarde. Eu gostaria de agradecer, como sempre, a honra de estar aqui presente a uma Comissão desta Casa. Muito me honra. Como sempre, eu procuro estar disponível, e já adianto a minha disponibilidade para discussão, no que for necessário.

Eu gostaria de tecer algumas considerações sobre o tema em geral, dívida pública, e algumas coisas em particular sobre o nosso caso, começando com uma rápida introdução sobre o tema. No fundo, sobre a pergunta: para que dívida pública? Para que os Governos se endividam e que consequências isso tem para o



funcionamento de uma economia, consequências distributivas e outras? Em tese, existem 2 razões clássicas para um ente qualquer se endividar, o Governo em particular. Uma é se endividar para investir e a outra seria se endividar em momentos de dificuldade, para, depois, quando as coisas melhorarem, então, pagar o que se contraiu de dívida. Esse seria, do ponto de vista do cidadão, um padrão de endividamento voltado para suavizar o padrão de vida da pessoa, da família, ao longo da sua vida.

No caso de um Governo, esse comportamento tem a ver com o ciclo econômico. Tipicamente nos momentos de desaceleração ou de recessão, a arrecadação cai, e os Governos passam a funcionar com déficit, para não ter que se reforçar o movimento recessivo que tipicamente vem em função dos ciclos naturais das economias. Isso é em tese. E outro razão seria Governos que têm projetos de investimento, como sempre é o caso, e procuram se endividar para financiar esses projetos. Às vezes isso acontece de maneira geral, vamos dizer, embutida no orçamento; às vezes são projetos que são construídos sob outras estruturas jurídicas, empresas públicas ou coisa do gênero. Em última instância, isso acaba sendo dívida do Governo. Então, é preciso um certo cuidado. Mas a justificativa é a mesma, quer dizer, são investimentos que geram um retorno, no caso do Governo, social adequado, não necessariamente um projeto especificamente, mas às vezes isso ajudar a desenvolver uma região, e aí essa região vai gerar mais imposto. Isso, do ponto de vista mais amplo, se paga com resultado positivo para a sociedade.

Na prática, o que se observa não é bem assim. Na prática, os Governos acabam se endividando mais do que seria justificável com base nessa visão que eu acabo de expor. Esse comportamento é claramente um comportamento que, ao meu ver, tem origem num certo curto prazismo, que infelizmente acaba tentando a todos os Governos; tem a ver com o fato de que as gerações futuras não estão aqui para se defender das dívidas que são acumuladas. Então, as coisas vão sendo feitas, e vão se acumulando dívidas, e quem vier depois que se vire de um jeito ou de outro. Então são problemas.

Hoje no mundo nós observamos, neste momento, principalmente nos países desenvolvidos, um preocupante crescimento da relação dívida/PIB. Um estudo recente do FMI indica que para os países do G-7 a relação dívida/PIB está



caminhando para algo em torno de 140% do PIB. Em alguns países mais, no caso do Japão, notoriamente bem mais. Já os países emergentes — acho que a conta do FMI fez foi dos países que fazem parte do G-20, portanto, o Brasil e outros — têm as suas dívidas na média, caminhando em algo em torno de 40%. Interessante é que é uma certa inversão histórica. Os países em desenvolvimento, que tipicamente tem uma história macroeconômica mais conturbada, estão tendo um comportamento mais disciplinado e vêm se beneficiando disso, enquanto que os países desenvolvidos correm o risco de entrar numa fase de incerteza de estagnação muito grande, talvez até por...

É difícil dizer o que é causa ou o que é consequência aqui, isso está tudo muito imbricado, mas, com certeza, este não é um momento tranquilo para várias dessas economias. E esse padrão de endividamento é extremamente preocupante. O mais notório no momento é o americano, que tem um déficit público superior a 10% do PIB. E é bem sabido que num período de 5 a 10 anos, esse déficit tende a priorar em função dos custos do sistema de saúde americano e em parte também da Previdência. Então, é um quadro muito complexo e preocupante. No momento em que a saída da grande recessão que, enfim, pegou o mundo aí nessa crise, nesse período de saída de recessão, a economia ainda está frágil, o desemprego muito alto, as famílias ainda muito endividadas, as empresas com muita capacidade ociosa, o sistema financeiro ainda descapitalizado. Então, é muito difícil também no curto prazo tomar medidas de contenção, sob pena de se acabar numa recaída da recessão, o que seria gravíssimo. Isso não é totalmente diferente do que acontece na recaída de uma gripe, quando tipicamente a recaída é pior que a dita cuja, que é a própria.

Feito esse preâmbulo, eu gostaria, então, de tecer alguns comentários sobre a nossa dívida.

Eu tenho umas transparências. Pode colocar a primeira.

(Segue-se exibição de imagens.)

Antes de entrar no estudo — eu tenho 4 a 5 gráficos só — sobre a nossa dívida eu diria o seguinte: em primeiro lugar, a dívida do setor público brasileiro — está meio pequeno aqui —, a nossa dívida líquida está em torno de 45% do PIB. Ela subiu bastante aí no último ano. Boa parte disso tem a ver com a valorização do real



e também com a desaceleração. Nós reduzimos o superávit primário, como é recomendável que se faça num momento de recessão.

O segundo gráfico é o gráfico da dívida bruta do setor público. Este é o gráfico que eu gosto mais de olhar. Mostra a nossa dívida em torno de 65% do PIB.

Então o meu primeiro comentário: a nossa dívida não é pequena. É comum se ouvir de autoridades — eu mesmo já fiz esse discurso aqui nesta Casa — de que a nossa dívida é administrável. Eu acho que ela é perfeitamente administrável, mas ela certamente não é pequena. Primeiro ponto. Segundo ponto é que ela custa caro.

Aqui nós temos uma conta, por exemplo, na linha azul debaixo, que é a conta de juros nominais. Está aí em torno de 5.5% do PIB, algo assim. Se nós adiantarmos, fizermos uma comparação internacional — a despesa anual com os juros. E aí eu procurei fazer essa conta usando um dado de juro real. Nós, aqui no Brasil, conhecemos bem a importante diferença da nossa época de inflação alta. É um número que fica mais limpinho. Se nós olharmos, a nossa dívida, primeiro, não é das menores; segundo, como a nossa taxa de juros, apesar de ter caído bastante, continua ainda bastante alta, ela tem um serviço caro. Essa conta pode ser feita de várias maneiras, esse é um número só indicativo; foi o que, enfim, achei que seria interessante para termos para efeito de comparação. Essa apresentação está disponível. Depois, quem quiser pode ter acesso. A Comissão tem cópia do arquivo.

Então, repetindo, primeiro ponto: a nossa dívida não é pequena e ela custa caro. Do lado mais positivo, nós temos que o prazo da dívida vem se alongando. Eu não trouxe uma transparecia, mas é notório que isso vem ocorrendo. Isso é bom, reduz a nossa vulnerabilidade. E a taxa de juros vem caindo também ao longo dos anos. Tem sido um processo lento. Eu vou falar um pouquinho sobre isso também. Mas o fato é que hoje o juro está em 8.75%. Mesmo que a taxa de juros acabe aumentando um pouco, como o mercado antevê, ela ainda está bem abaixo do que foi a média dos últimos 5, 10, 20, 30, 40, 50, anos — podem escolher o prazo que vocês quiserem. Então, o juro vem caindo, mas o juro real aqui no Brasil ainda é bastante elevado.

Cabe, então, perguntar o porquê disso tudo, olhar um pouco cada componente.



Eu queria passar mais um... mais um. Está meio fora de ordem aqui, desculpem.

Acho que a dívida cresce porque o Governo tem um determinado resultado primário, superávit ou déficit, que é aplicado ao pagamento de juros. Mas por baixo desse dado do superávit primário, como tem sido no Brasil, ou déficit, como foi no passado, em alguns momentos, existem componentes importantes. O primeiro que merece destaque é que nós temos tido já há muitos anos — sei lá, há mais de 15 anos, tenho aqui um gráfico que vai só até 98 — um crescimento (é essa linha vermelha) das despesas do Governo como proporção do PIB. Esse crescimento foi interrompido em alguns momentos de crise, como no início do século e também por volta de 2003, na crise que veio aí na fase de transição. Mas, fora isso, o que se observa é um período quase que de crescimento contínuo do gasto público. Aqui temos um indicador para o Governo Federal. Ele saiu de 17% do PIB, foi para 23% do PIB.

Um subcomponente importante, mas nem de longe o único, é o componente de pessoal em cargos. Poderíamos mostrar várias outros. O fato mais relevante é que 94% das despesas são gastos correntes e transferências, e só 6% são investimentos. Isso é grave! Nós tivemos um aumento, como eu mostrei, de 6 pontos do PIB, mas não houve, nesse período, aumento do investimento público. Então, é um dado. Consequência disso tudo é a pressão na taxa de juros, o aumento na carga tributária. O baixo nível de investimento privado tem várias raízes, mas dentre elas, com certeza, o custo do capital no Brasil, não só a taxa de juros, mas com certeza a taxa de juros. Enfim, como consequência disso tudo: pouco investimento, pouco crescimento. Quer dizer, tem muito tempo que o Brasil não investe mais do que 20% do PIB. Em momentos mais difíceis a taxa de investimentos caiu até 15%, 16% do PIB. Com essa taxa de investimento não é possível sustentar um ritmo de crescimento que, enfim, todos nós gostaríamos de ver, para termos um Brasil crescendo a 6% ao ano, ou coisa assim, de maneira sustentada, sem trazer de volta a inflação, sem trazer de volta a vulnerabilidade da balança de pagamentos também. Nós temos uma história longa nessa área.

Existem sempre perguntas naturais — eu tendo passado 2 vezes pelo Banco Central, costumo ter sempre a chance de discutir esse assunto. Perguntam: "E a



taxa de juros? O que vem primeiro, o ovo ou a galinha? Por que a nossa taxa de juros é tão alta?" Esse é um ponto importante. Eu tenho um gráfico aqui. Quer dizer, é uma pergunta: por que o Banco Central mantém essa taxa de juros tão alta? Será que isso é crueldade do Banco Central? Um aspecto que precisa ser considerado é o que aconteceu com a inflação. Se o Banco Central consistentemente mantivesse a taxa de juros acima do necessário para deixar a inflação parada, a taxa de inflação deveria passar prolongados períodos abaixo da meta. Mas não foi o caso. Nossa inflação tem ficado mais ou menos dentro da meta, a não ser nesse período de crise, quando o câmbio subiu, foi de 2 para 4; a inflação aumentou muito, mas depois voltou com essa trajetória que está aí. Então eu acho que isso não responde diretamente essa pergunta, mas o que me parece claro é que tem alguma coisa errada aqui. Não creio que seja a política do Banco Central. Aí eu acho que cabe destacar 3 pontos. O primeiro eu já mencionei, é o crescimento do gasto público.

Há um tema também importante: o comportamento do crédito na nossa economia. Por razões muito boas, ele andou crescendo. Eu me sinto... Eu mesmo participei desse processo, foram vários ao longo dos anos, querendo criar um mercado de crédito, dar acesso a crédito para nossa população, para nossas empresas; melhorar a qualidade dos instrumentos de crédito. Muitas dessas importantes inovações foram aprovadas nesta Casa, ao longo dos anos.

Na prática isso é muito bom, mas cria um problema para o Banco Central. Quer dizer, no momento em que o Banco Central está tentando controlar a inflação, o mercado de crédito vem com inovações — positivas, como crédito consignado, alienação fiduciária, cédula de crédito bancário etc. —, e quase que espontaneamente aumenta o crédito; ou quando, por exemplo, o crédito dos bancos públicos também é turbinado — talvez num momento de recessão, mas depois continua. Isso dificulta tremendamente a vida do Banco Central.

Então, nós ainda não tivemos a chance realmente de ter o espaço que gostaríamos para a redução da taxa de juros.

Eu acho também que a nossa taxa de juros tem um pouco a ver com nossa história, uma história de moratórias, hiperinflação, descontrole. Foram períodos extremamente custosos do ponto de vista social, com estagnação, recessão, enfim,



com falta de rumo, vamos dizer, na nossa economia. Isso felizmente foi superado, mas de qualquer forma isso existe como uma história ainda relativamente fresca.

E acho que existem também hábitos dos poupadões, que vão mudando mas não mudam da noite para o dia.

O último ponto que eu gostaria de mencionar, também um pouco de passagem, mas nós podemos voltar a ele, diz respeito à taxa de câmbio. Quer dizer, esse modelo que nós temos, com muita ênfase no gasto público e no crédito público, é um modelo que pressiona a taxa de juros para cima.

E em impressionando a taxa de juros para cima, ele pressiona a taxa de câmbio para baixo. É uma equação muito natural. Um País como o Brasil, que está relativamente arrumado, está indo bem, está vivendo uma fase boa, passou bem por essa crise, com boas regras de defesa na área financeira, por um trabalho bem-feito do Banco Central, esse País com essa cara boa é uma grande potência agrícola, uma grande potência agora, tudo indica também, nos hidrocarbonos, no petróleo. Está atraindo muito investimento, tem um histórico já de vários anos, com transições políticas, e tudo isso bem-sucedido, e paga 10% de juros — paga 8,75% na SELIC, mas os juros mais longos são mais altos —, isso atrai muito capital.

Então, para mim, o grande desafio, porque no fundo ele mata vários coelhos com uma só cajadada, é o de se criar condições para se ter uma taxa de juros mais baixa, sem voltar a ter inflação, porque não tem muita graça correr o risco de inflacionar outra vez. Acho que esse é o grande desafio, criar essas condições.

Eu vejo com grande preocupação, por exemplo, a aprovação, que, acho, aconteceu ontem, de se acabar com o fator previdenciário e outras medidas que expandam ainda mais o gasto público, principalmente naquilo que não é investimento.

Eu sei que a realidade é dura, as pressões são enormes, o País é carente, isso tudo é triste, mas o fato é que isso tudo tem um custo também. Quer dizer, não dá para ir tomando uma medida atrás da outra sem que isso tenha impacto em outras variáveis, o que acaba, ao meu ver, reduzindo nossa capacidade de lidar com essas questões sociais, que são tão prementes.

Esse seria o ponto final. Voltando aqui, vou fazer um breve resumo. A questão da dívida pública é importante. A nossa foi, ao longo dos anos, crescendo,



houve momentos em que ela caiu, outros em que ela cresceu um pouco. Mas ela não é pequena. Ela tem como fatores subjacentes um crescimento continuado e insustentável do gasto público, além de outras questões mais técnicas de política monetária que eu mencionei.

Eu acho que isso tudo precisa ser debatido e que o modelo que nós temos é muito tentador no curto prazo. Porque é fácil aprovar um pouco mais de gasto aqui, aqui e ali, aprovar um pouco mais de crédito, mas se o País não está investindo ele não está criando as condições para crescer. Se o País não investir em infraestrutura, em educação, ele não vai crescer.

Em acontecendo isso, na prática, põe pressão na taxa de juros, como eu mencionei, para cima; põe pressão para baixo, no câmbio, o que dificulta a vida da indústria e da agricultura, e não é um modelo bom.

Para concluir, na questão mais específica da dívida pública — eu não acompanhei os demais debates aqui —, eu sei que ao longo dos anos houve um processo de consolidação, de organização, Lei de Responsabilidade Fiscal.

Penso que pelo menos hoje nós temos uma situação perfeitamente visível. As dívidas existem, são conhecidas, registradas, às vezes surge alguma coisa nova, o Governo às vezes é processado, perde um processo, tem que pagar, surgem coisas do gênero, mas é uma situação pelo menos que se consegue entender e ver bem.

Eu acho que isso é um avanço conquistado ao longo de muitos anos e que tem que ser preservado.

Muito obrigado. Desculpem-me por eu me alongar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Márcio Reinaldo Moreira) - Nós é que agradecemos, Dr. Armínio Fraga.

Passamos a palavra ao Dr. Paulo Sérgio Souto, Presidente do Conselho Regional de Economia do Rio de Janeiro, que, como ele me disse, é conhecido como Paulo passarinho, não é?

Isso.

O SR. PAULO SÉRGIO SOUTO - Isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Márcio Reinaldo Moreira) - De maneira que é uma honra ouvi-lo também. E vamos reservar o pronunciamento do Relator ou dos Deputados para após o pronunciamento Dr. Paulo Sérgio.



O SR. PAULO SÉRGIO SOUTO - Em primeiro lugar, meu muito obrigado pelo convite que me foi formulado por esta Comissão, em nome do Deputado Ivan Valente. Eu agradeço o fato de todos os membros da Comissão terem aprovado esse convite, que me dá oportunidade de discutir talvez o que considero a questão mais importante para nós entendermos o imbróglio econômico em que vivemos.

Afinal de contas, por um lado, afirma-se que os fundamentos da nossa economia, e isso já há muitos anos, vão muito bem obrigado. Por outro lado, nós observamos que existe um processo de instabilidade social no País de grandes dimensões.

Em primeiro lugar, gostaria de chamar a atenção para isso. Há de se ter alguma coerência entre a primeira afirmação e a segunda. Todos nós que observamos a vida, o dia a dia do povo, principalmente, estamos assistindo uma degradação paulatina do Sistema Único de Saúde, problemas seriíssimos na qualidade do ensino que nós administrados aos nossos jovens e adolescentes. Observamos também problemas seriíssimos na área da infraestrutura do País, um País gigantesco, continental, que precisaria investir muito em termos de transportes públicos, em termos de geração de energia, ou seja, é um conjunto de deformações que de alguma maneira apresenta uma contradição quando fazemos um diagnóstico — alguns de nós fazemos esses diagnósticos — que apontam que a economia vai muito bem. Há uma contradição clara nisso.

E eu agradeço então esse convite, cumprimento todos da Mesa, principalmente o Relator, Deputado Márcio Reinaldo Moreira, que dirige os trabalhos.

Eu farei um esforço nesse tempo para abordar de maneira bastante abrangente meu entendimento sobre o problema do endividamento. O problema da dívida pública ou da dívida entre os Estados — e aí me refiro entre os Estados nacionais — diz respeito à própria história das civilizações e dos Estados nacionais.

Particularmente, em relação ao nosso País, o problema da dívida é algo que está presente na nossa origem. A independência do Brasil já nasce com um pesado fardo, que foi de alguma maneira a herança que Portugal nos deixou, de uma dívida externa com a Inglaterra. Mas não vou abordar de maneira geral toda essa hiperproblemática, vou me ater, na verdade, a um problema relativamente recente,



que é o problema do endividamento público brasileiro em termos de títulos, particularmente de 1995 até os dias de hoje. Para tanto, neste tempo que tenho, procurarei fazer uma espécie de anamnésia do processo do endividamento em títulos do País, que envolve alterações na legislações, que foram muito importantes, envolve a própria execução do Plano Real, no seu início, e fortíssimas influências que foram desenvolvidas e tiveram um peso muito grande nas eleições de 2002.

Vou também abordar o problema do crescimento econômico, entre 2004 e 2008, e como o endividamento continuou de vento em popa nesse período e, particularmente, os impactos fiscais no orçamento público. Vou começar — e peço, por favor a transparência nº 1 — justamente apresentando a evolução da dívida mobiliária federal, já que me proponho a fazer uma análise um pouco mais minuciosa desse processo.

Observem que o crescimento é espantoso. Em termos nominais podemos dizer que essa dívida, que em dezembro de 1994 era de apenas 59,4 bilhões, ela é multiplicada por 30 depois de todos esses anos. Hoje ela se situa, segundo dados de setembro, em 1 trilhão, 815 bilhões de reais. Há de se ter uma explicação a respeito disso. Sob o ponto de vista de proporção do PIB, observamos que a evolução é espetacular, começa em torno de 12%, no final de 1995, e hoje chegamos, nessa dívida em títulos, a algo superior certamente a 55% do PIB. Há de se ter uma explicação para isso.

Vou tentar procurar explicar isso justamente a partir do nascedouro do Plano Real, desse endividamento que apenas nos 4 primeiros anos, observem, atingiu 480%. Isso é algo que merece explicações, afinal de contas nesse período, uma outra tabela — não é necessário mostrá-la agora, mas tivemos... Ainda que não tivéssemos tido superávits primários, isso foi uma característica da economia brasileira a partir de 1999. Praticamente não tivemos déficit primário nas contas públicas no período de 1995 a 1998. Cabe, então, a pergunta: por que essa explosão espetacular?

A questão fundamental é a taxa de juros. Naquele momento, no nascedouro do Plano Real, todos se recordam a questão fundamental lançada como forma de se controlar a inflação era a chamada âncora cambial. Isso pressupõe, evidentemente, que o País dispusesse de reservas capazes de garantir a não volatilidade do Real e



garantir aquela paridade, no meu ponto de vista inteiramente irresponsável, que foi colocado de um para um entre a nova moeda, o real, e o dólar.

Há também explicações que apontam que o grande problema que ocorreu foi justamente que nesse período o Estado brasileiro, a União, federalizou a dívida de Estados e Municípios. Isso em parte explica o problema, porque, de alguma maneira, o desequilíbrio nas contas de Estados e Municípios era uma decorrência da própria característica do Plano Real.

Eu inclusive me recordo aqui das reclamações do Governador de São Paulo de então, Mário Covas, que afirmava que a União não fazia nada mais do que a sua obrigação em federalizar a dívida do Estado de São Paulo. Ele mesmo dizia: *"Desde o primeiro momento do meu Governo procurei não gastar mais do que arrecadava"*. Uma das máximas da lógica financista. Ao mesmo tempo ele deu início ao processo de venda de ativos de São Paulo, e lembrava: *"E mesmo assim, ao final de 2 anos, minha dívida havia triplicado. Portanto, senhores de Brasília, nada mais é justo do que a federalização"*. Embora a maneira como essa renegociação tenha sido feita deixe sequelas até hoje para a administração de Estados e Municípios. Agora mesmo tivemos uma polêmica envolvendo alguns Governadores que recorreram ao Supremo Tribunal Federal em virtude do piso nacional dos professores de R\$950,00. Isso quando, eu me recordo, em 2003, justamente por ocasião da aprovação do Plano Nacional de Educação, o piso apontado naquele momento era de R\$1.560,00, devendo inclusive corresponder a 30 horas de trabalho semanal. Pois bem. Muitos anos depois se aprova um piso de R\$950,00 para 40 horas semanais, e Governadores de Estados ricos, como Paraná, por exemplo, recorrem à Justiça alegando não ter condições. Então, há de se refletir sobre o que, de fato, ocorre.

Em relação às privatizações que aqui coloquei, elas cumpriram um papel importante, assim como a questão da taxa de juros, no sentido da atração justamente de recursos externos para se fazer valer a máxima da âncora cambial e da paridade do real com o dólar.

Mas há outras questões que precisam ser mais bem dirimidas. Em primeiro lugar, é necessário lembrar que, antes da execução do plano, o Estado brasileiro conduziu, através daquela fase da URV, uma espécie de hiperinflação monitorada, que alterou por completo a relação entre salário, preço e lucro no País. Isso é uma



questão importante e foi um, vamos dizer, um fôlego fundamental para a entrada, a partir de julho de 1994, na fase da chamada inflação zero, uma inflação que se reduziu muito, de fato. Porém há questões... Todo esse arranjo macroeconômico que foi feito, permitindo não somente o endividamento muito forte, mas a absorção de recursos externos de maneira espetacular, exigia mudanças institucionais e legais que foram feitas particularmente em relação à legislação que regula a livre movimentação de capitais no Brasil.

Nesse sentido, vou resgatar uma denúncia que foi feita pelas Procuradoras Walquíria Nunes e Raquel Branquinho, uma denúncia que foi feita no dia 3 de setembro de 2003, em Brasília, por meio de uma acusação formal por crime de improbidade administrativa contra ex-dirigentes do Banco Central, do Banco do Brasil e de outras instituições financeiras. Esse fato foi reportado pelo jornalista Raimundo Rodrigues Pereira, na edição da revista *Reportagem*, de fevereiro de 2004. Ao final da minha apresentação deixarei um dossiê com o Sr. Relator, em que o primeiro anexo é justamente essa matéria.

Essa matéria diz o quê? Essa matéria lembra que as Procuradoras formularam essa denúncia baseadas na seguinte questão: a legislação estabelece que quem regulamenta as leis do Sistema Financeiro Nacional é o Conselho Monetário Nacional por meio de resoluções. Estabelece também que o Banco Central publica essas resoluções e que em algumas matérias o Conselho Monetário Nacional pode delegar competência ao Banco Central para que este edite, através de sua diretoria colegiada, normas complementares a essas resoluções. São as chamadas circulares. A lei também diz que departamentos do Banco Central, através de suas chefias, podem editar cartas-circulares para esclarecer aspectos já regulamentados por resoluções ou circulares.

O que as Procuradoras apontam? Que, na verdade, o Conselho Monetário Nacional não pode criar leis financeiras e que a direção do Banco Central não pode regulamentá-las. Fazendo alusão a um famoso comentarista de arbitragem de jogos de futebol, que, por sinal, é empresário do setor financeiro, "a regra é clara". O Congresso faz as leis financeiras, o Conselho Monetário Nacional produz regulamentos para essas leis e o Banco Central deve limitar-se a um papel complementar e de esclarecimento do trabalho regulamentador do Conselho



Monetário Nacional. O que as Procuradoras apontam? Que toda essa hierarquia começou a ser quebrada em 1988, com a resolução do Conselho Monetário Nacional que criou o mercado de câmbio de taxas flutuantes, contrariando formalmente a Lei nº 4.131, e especialmente a partir de 1992, com as mudanças promovidas pelo Banco Central na Carta-Circular nº 5, que era oriunda de 1969. A partir de então, dizem as Procuradoras, foi dado início a um conjunto de alterações nos mecanismos de controle cambial em vigor, na ótica das Procuradoras, de forma ilegal e que acabaram por nos conduzir à atual situação de total abertura de nossas fronteiras financeiras.

Srs. Deputados, independentemente do ponto de vista jurídico, não sou advogado e não posso apontar se procede ou não essa acusação. O fato é que esse episódio, e todo esse conjunto de alterações legais que foram feitas, merece um exame rigoroso do Parlamento, não só da Câmara, como, principalmente, do Senado, e acho que esta CPI deve, inclusive tomo aqui a liberdade de fazer esta sugestão, convocar essas Procuradoras para que elas prestem depoimento aqui e exponham, na íntegra, seu ponto de vista.

Bem, posto isto, passo imediatamente ao período que vai dar início ao nosso retorno ao Fundo Monetário Nacional.

Como vocês sabem, esse arranjo macroeconômico constituído no início do Plano Real naufraga em 1998. Somos obrigados a fazer um novo acordo com o FMI e há o fim da chamada âncora cambial. Porém, a questão da taxa de juros continua sendo uma característica maior da política monetária. Agora, a grande razão é perseguir as metas inflacionárias, objeto, inclusive, de um compromisso do Governo brasileiro no âmbito desse acordo com o FMI.

Mas a gente observa que não houve muita alteração em relação à própria evolução da dívida pública.

Peço, por gentileza, para que haja apresentação das imagens.

(Segue-se exibição de imagens.)

Aqui nós temos o gráfico, portanto, dessa evolução da dívida.

O que a gente observa aí? A introdução desse conceito curioso de resultado fiscal primeiro. Por que digo que é um resultado curioso, especialmente para as contas brasileiras? Porque é o resultado fiscal que exclui o elemento principal das



nossas despesas, que é justamente a despesa com juros e encargos do endividamento.

Vejam bem, mesmo assim a gente observa aquilo que já citei anteriormente.

No período entre 1995 e 1998, houve apenas 1 ano, em 1997, que tivemos déficit primário muito pequeno, proporcional a 0,25% do PIB. Isso não impediu a evolução espetacular da dívida pública, como vimos. Posteriormente a 1998, então de 1999 em diante, tivemos superávits primários expressivos. Esse é o ponto que chamo atenção dos senhores. Esse resultado primário, que aponto na tabela, diz respeito evidentemente à União, sob o ponto de vista do setor público, inclusive os compromissos eram maiores e atingiam, portanto, esse esforço de contenção de despesas primárias de Estados e Municípios. Mas, sob o ponto de vista da União, não é de pequena monta as despesas primárias contidas que representam aí, em 1999, de 2,13 do PIB, até 2002, quando chega a 2,16.

Observem ao lado a evolução, em termos proporcionais ao PIB da carga de juros que pagávamos. É algo absolutamente escandaloso, porque nós tivemos aí, simplesmente, um país, com todas as carências que o Brasil tem, despender 8,35%, em 1999, em pagamento de juros; 4,66%, em 2000; 5,1%, em 2001; 8,3%, em 2002. Convenhamos, essa dívida, perdoem-me, inclusive, a presença do Armínio, é muito mal administrada, a altas taxas de juros e principalmente a prazos muito curtos. Mais do que isso, frente a todas as instabilidades que surgem, tanto no panorama internacional como no *front* interno, a partir de 2001, essa administração da dívida pública, parece-me, foi extremamente temerária. A pretexto de se procurar conferir segurança aos credores, em última instância, evitar o pior, evitar a volta da inflação, que é essa espécie de fantasma que permanentemente nos atormenta, o que a administração do Banco Central fez com a dívida? Simplesmente dolarizou boa parte dessa dívida, manteve taxas de juros elevadíssimas, inclusive as elevou, e, mais do que isso, operou encurtamento nos prazos da dívida pública de maneira muito forte e de maneira muito perigosa.

Cito isso porque todo esse quadro de altas taxas de juros, encurtamento dos prazos de vencimento da dívida... Para que vocês tenham uma ideia, houve uma troca importante de títulos, de prazos mais alongados — o Armínio pode falar sobre isso — por prazos mais curtos, inclusive com fortes concentrações em 2003, que



seria o primeiro ano de administração do novo Governo, bem como para vencimento em 2002. E mais do que isso, além do encurtamento, essa participação de títulos com correção cambial, que passou de 22,1%, em janeiro de 2001, para 37,77% em setembro de 2002.

Então, vejam bem, armou-se uma bomba relógio no colo justamente dos candidatos à sucessão presidencial de 2002. Mais do que isso, foi necessário um novo acordo com o FMI, o que colocou o desafio para os próprios candidatos à Presidência em 2002 em pegar ou largar, no momento em que a administração da dívida pública era absolutamente explosiva. E posso dizer que, talvez, essa tenha sido uma das razões para a inflexão espetacular que nas concepções de política econômica o então candidato Lula acabou por assumir. Ou seja, talvez essa tenha sido uma das grandes razões que fizeram com que o candidato Lula não só aceitasse os termos do FMI, como, principalmente, assumisse, na íntegra, um tipo de padrão, de gestão da dívida pública que, inclusive, permaneceu a partir de 2003. Sabemos também que a partir de 2004, principalmente, o País voltou a crescer.

Talvez vocês possam me questionar: *Bem, mas se o País voltou a crescer, talvez a opção tenha sido correta.*

Talvez, então, valha à pena aqui — peço, por gentileza, a próxima transparência — fazer aqui um breve parênteses a respeito do que, de fato, aconteceu, especialmente entre 2004 e o ano de 2008, quando tivemos taxas de crescimento acima da taxa de incremento populacional de forma sequencial, coisa que me parece que não ocorria desde os anos 70 no Brasil. Então, para muitos houve uma correção nas atitudes do novo Governo que manteve intacta a política macroeconômica.

Pondero que, na verdade, a grande variável que determinou, inclusive, essa trajetória de crescimento econômico nesses anos de 2004/2008, foi justamente o panorama externo. Esse panorama externo propiciou também alguma novidade nas nossas contas externas.

Vocês observem, por favor, que a partir de 2002 tivemos um crescimento muito expressivo da balança comercial em função especialmente de uma situação internacional magnífica puxada especialmente pelas economias asiáticas, e na frente a economia chinesa, a grande demandante de produtos agrícolas e de



produtos minerais, itens que fazem parte de maneira muito forte da nossa pauta de exportações. Então, ampliamos.

Vocês vêem aí, o saldo da balança comercial evolui de maneira muito significativa até o recorde de 2006, quando atinge 46,5 bilhões de reais. E isso foi importante por quê? Permitiu-nos pela primeira vez, depois de muitos anos, respirar aliviados, porque, apesar da pressão permanente e crescente da conta de serviços e rendas, vocês observem aí que ela não para de crescer. Isso é resultado da desnacionalização da economia brasileira. A carga de pagamento de remessas e dividendos é crescente.

Para que vocês tenham uma ideia, nesse recorde do prejuízo na conta de serviços e rendas, agora em 2008, de 53 bilhões, 33,9 foram remessa de lucros e dividendos, 7,3 foram pagamentos de juros do endividamento externo que, para muitos, acabou. Não é isso? E isso permitiu justamente uma folga nas nossas transações correntes. A gente sai de um déficit de 7,6 bilhões de dólares para uma situação de superávit de 14 bilhões em 2005.

Porém, e é isso que eu quero chamar também a atenção dos nossos Parlamentares, com todo respeito, a partir daí, e apesar, inclusive, de a balança comercial produzir um saldo expressivo em 2007, vocês observem que o saldo em transações correntes despenca justamente entre 2005 e 2007 e volta a ser deficitário em 2008.

E aqui cabe uma observação crítica também em relação à essência do modelo. O modelo, além de nos endividar de uma maneira muito forte, cria constrangimentos ao crescimento econômico. Taxa de crescimento acima de 4,5% ao ano, dentro desse modelo, torna-se indesejável. Não sem razão, no final de 2007, portanto antes dos sintomas mais graves da crise externa, que já apareciam em 2007 mas explodiram principalmente no segundo semestre de 2008, a discussão, no âmbito do Governo Lula, justamente que, como todos nós sabemos, tem uma área dita desenvolvimentista e outra área dita monetarista, se dava frente justamente ao seguinte dilema: frente a essa deterioração das nossas contas externas, temia-se que o Banco Central voltasse a elevar a taxa de juros de maneira significativa. E conselheiros do Presidente Lula, então, saíram com aquela ideia, inclusive, de termos um déficit nominal zero, que implicaria elevar às alturas o superávit primário.



E tudo isso por quê? Porque dentro do modelo, vejam bem, nós não podemos crescer de forma continuada, sequencial, ano após ano, mais de 4,5%. Esse deve ser também o objeto de muita preocupação e reflexão de todos nós. O Brasil é um País que, com as suas lacunas, precisa crescer a taxas de 9%, 10% ao ano durante 20, 30 anos, para fazermos frente aos enormes desequilíbrios que o nosso País tem.

Como citei aqui no início, nós temos um sistema de saúde que precisa ser inteiramente alterado, um sistema de educação que precisa ser inteiramente alterado, investimentos pesados em infraestrutura. Como pensar em nos contentar com a taxa medíocre de crescimento em torno de 4,5%, 4%? Essa é a taxa que o Governo, inclusive, festeja, no momento em que todas as economias em desenvolvimento neste período de 2003, não foi o caso do Brasil, mas para todos os países em desenvolvimento, as taxas foram muito expressivas até 2008, até a eclosão da crise. E nós nos contentamos aí com um crescimento em padrões, em alguns anos, semelhantes ao do Haiti.

Isso pode ser, talvez, uma grande vantagem em relação ao período do Governo Fernando Henrique. Mas frente às nossas necessidades, convenhamos, isso é um verdadeiro suicídio.

Mas apontando, portanto, essa contradição entre o modelo e o crescimento econômico, eu aqui assinalo: é necessário mudar o modelo econômico. Não podemos nos desviar dessa discussão, não somente porque ele endivida de maneira espetacular o Estado como também nos impede de crescer.

Eu quero voltar aqui, já que o meu tempo, certamente, está avançando, ao problema da dívida, inclusive à situação atual. Eu já vou finalizar. A dívida interna, hoje, já ultrapassa a marca de 1,8 trilhão de reais. O Governo procura apontar que o estoque dessa dívida é de 1,3 bilhão. Na verdade, ele não inclui as chamadas operações de mercado aberto. Essas operações de mercado aberto merecem a atenção dos Srs. Parlamentares também. O Deputado me mostra ali uma matéria jornalística que afirma que bancos buscam proteção em títulos.

Os bancos, historicamente, têm procurado proteção em títulos. Inclusive, no momento mais grave da crise, quando o compulsório foi reduzido, quando se reduziram taxas de juros, os bancos continuaram a correr para os títulos públicos.



Para discriminar melhor esse total da dívida, eu peço, por gentileza, que seja apresentada a transparência seguinte. Bem, aqui é simplesmente o dado da dívida externa, inclusive comparado com as nossas reservas internacionais. Em geral, é dito que o problema da dívida externa não mais existe em decorrência justamente das nossas reservas, que seriam maiores do que a própria dívida externa.

Em primeiro lugar, essa é uma contabilidade que precisa ser, pelo lado da dívida externa, melhor explicada. O Banco Central não contabiliza a dívida entre as empresas sediadas aqui no Brasil e as suas matrizes. Se a gente agrupa isso, e foi o que eu fiz aqui nessa tabela, a gente observa que há um desequilíbrio. Agora não tem também cabimento comparar as reservas internacionais com a dívida externa. Se a comparação deve ser feita, deveria ser com o nosso passivo externo, com todos aqueles direitos de estrangeiros aqui dentro do Brasil, e que hoje deve estar em torno de 1 trilhão de dólares. Então, isso é uma questão extremamente grave, que deveria merecer também a preocupação.

Bem, aqui, então, a evolução dessa dívida externa ao longo do tempo, inclusive assinalado ali o momento em que, no final dos anos 70, houve uma elevação espetacular da taxa de juros e nos conduziu, não somente o Brasil mas os países em desenvolvimento, os países do Terceiro Mundo, para a chamada crise da dívida externa nos anos 80.

Esse próximo quadro, perdoem-me se não está nítido, mas especialmente na sua última linha ele demonstra muito bem como está discriminado esse total de 1 trilhão 815 bilhões em títulos. Para que vocês tenham ideia, agora, no mês de setembro — é a última coluna —, essas operações de mercado aberto totalizavam dívidas no montante de 430 bilhões de reais, equivalentes a 23,7% do total de títulos.

Eu pergunto: como deixar essa cifra de fora da conta que aponta, de fato, qual é o nosso endividamento global? Bem, o fato é que nós temos uma ciranda sem fim, porque em torno dessa questão aí das operações de mercado aberto a alegação é justamente que o Banco Central retém títulos que são do Tesouro, mas justamente por força de prejuízos do Banco Central com a aquisição de dólares. Você sabem que os dólares estão se desvalorizando e ao mesmo tempo o Banco Central remunera esses títulos à taxa SELIC ou a taxas maiores, porque essa é uma



questão importante. Essa massa de títulos na mão do mercado dá um poder de pressão do mercado sobre a autoridade monetária terrível. E eu, inclusive, recolhi dados importantes de que agora, somente nos 12 primeiros dias de novembro, o Tesouro já emitiu 12,6 bilhões em títulos da dívida interna, sendo 10 bilhões de reais a taxas de juros pré-fixadas, o que poderia parecer uma melhoria na administração da dívida. Porém, o Tesouro emitiu tais títulos a uma taxa média de 11% ao ano, portanto, maior que a taxa SELIC. E no dia 12 a taxa paga pelos títulos chegou a mais de 13% ao ano. Então, vejam bem: isso é um instrumento nas mãos do mercado muito importante.

Com relação a essas operações, eu faço constar no depoimento que deixarei por escrito com o Sr. Relator, inclusive, algumas denúncias importantes, como, por exemplo, a de um analista do mercado financeiro, com 45 anos de experiência de trabalho nessa área, segundo o qual as compras de dólares pelo Banco Central não contribuem para deter a desvalorização do dólar. Pelo contrário, a estimula ainda mais. A principal justificativa para a compra de dólares, que é deter a valorização do real, não se sustenta na ótica desse operador. Existe também aquela ideia de que, frente a expansões da base monetária, é necessário justamente o Banco Central entrar no mercado esterilizando o excesso de reais em circulação. Essas operações são usadas com muita frequência nesse tipo de objetivo. Então, fica claro que a razão maior do endividamento não se encontra num desequilíbrio fiscal de natureza primária. Apontar a Previdência, num quadro como esse, como a vilã das contas públicas? Ao contrário, os Srs. Parlamentares sabem que o Orçamento da União se divide no Orçamento do Tesouro, no Orçamento da Seguridade Social, no Orçamento das estatais, para usar esse tipo de jargão que se convencionou a ser, inclusive, amplamente difundido pelos meios de comunicação.

Não há déficit da Previdência, o déficit é da política monetária, se a gente for usar esse tipo de raciocínio. A rigor, são os superávites do Orçamento da Seguridade Social que financiam os rombos do Orçamento do Tesouro. Vocês sabem disso. Essa é uma questão que também mereceria tirarmos consequência.

Então, frente, inclusive, à necessidade de atualização de valores das aposentadorias, que, sabidamente, têm perdido valor ao longo dos anos, levando em conta, inclusive, o papel que hoje, incrivelmente, o pagamento de pensões e



aposentadorias exerce, especialmente para a economia do nosso interior, convenhamos, é uma covardia. Talvez vocês possam estar fazendo aqui a seguinte pergunta: *Bem, mas e aí, quais são as soluções?*

Em primeiro lugar, a solução seria alterar a política macroeconômica como um todo — essa política macroeconômica que é festejada e, inclusive, tem feito antigos adversários dessa política econômica hoje serem muito entusiastas dela, infelizmente. Mas o fato é que nós precisamos restabelecer rígidos mecanismos de controle sobre os fluxos de capital no Brasil. Esse é um primeiro ponto.

Em segundo lugar, reduzir as taxas de administração da dívida e ampliar os investimentos públicos, e promover, de fato, um Governo com legitimidade, reformas tributária e fiscal para valer.

Desde o Governo Fernando Henrique Cardoso, de alguma maneira, nós ensaiamos mudanças que não passam de cosméticas na área, especialmente, da chamada reforma tributária.

E com relação à dívida, o que fazer?

Esse gráfico a seguir é muito interessante, pois mostra como que as reservas brasileiras acompanham justamente a curva dessas operações de mercado aberto. Uma coisa está muito relacionada à outra. O custo, portanto, de acúmulo dessas reversas é gigantesco. Isso num quadro onde o dólar se desvaloriza. Isso que eu quero lembrar a vocês.

Vamos à minha última transparência. Fazer o quê com a dívida?

Em primeiro lugar, essa dívida tem um título a ser resgatado com o Parlamento, diz respeito ao art. 26 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, que estipulava, num prazo de 1 ano, após a promulgação da Constituição de 1988, a realização de uma auditoria da dívida externa. E pensar numa auditoria da dívida externa hoje, desvinculando a mesma de uma auditoria da dívida interna — por essas razões, inclusive, que eu expus aqui —, é algo incongruente. Então, eu quero dizer a vocês que é necessário aprofundar, necessário recuperar o compromisso da Constituição de 1988, com uma auditoria da dívida externa.

Em segundo lugar, incluir nesse processo de auditagem os mecanismos de endividamento relativos à dívida interna.



Eu encerro, e acho que já passei bastante do meu tempo, apenas chamando a atenção de que nós nos encontramos, no momento, numa fase histórica do nosso País extremamente grave, porque não são somente os problemas que se acumulam em torno de um otimismo que, para muitos, é uma espécie de defesa psíquica, de cada um de nós, brasileiros, frente à nossa tragédia — tragédia que eu procurei aqui exemplificar em alguns elementos do dia-a-dia do nosso povo. O otimismo que se observa, perdoem-me, é absolutamente irresponsável. Nós temos problemas gravíssimos no nosso horizonte e, cada vez mais, parece-me que nos incapacitamos para enfrentar esses desafios.

Eu faço aqui uma analogia entre, justamente, a nossa situação atual e aquela orquestra que tocava no Titanic e não acreditava que o navio pudesse afundar. Afinal de contas, aquele Titanic era a prova da sapiência humana e, principalmente, do avanço tecnológico. O navio já estava afundando. Eu acho que nós temos tempo, mas temos que avançar para mudanças de postura diante, inclusive, da complexidade dos problemas que temos à frente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Márcio Reinaldo Moreira) - Nós que agradecemos a V.Sa., Dr. Paulo Sérgio Souto, Presidente do Conselho Regional de Economia do Rio de Janeiro.

Colegas, eu acho que a nossa situação é delicada, porque já estamos na Ordem do Dia e poderemos, a qualquer momento, ser interrompidos para votação.

Mas, passo a palavra, para suas considerações, ao Relator, Deputado Pedro Novais.

O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS - Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, tendo em vista a exiguidade do tempo, eu gostaria de sugerir a V.Exa. que ouvisse primeiro o Plenário, depois os expositores. Se houver tempo, eu me pronunciarei no final. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Márcio Reinaldo Moreira) - Perfeitamente, Sr. Relator.

Passo a palavra ao autor do requerimento, Deputado Ivan Valente.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente, Sr. Relator, nossos convidados Armínio Fraga e Paulo Souto. Quero agradecer a presença de todos aqui na nossa CPI.



Eu acho que ficaram bastante claras as visões divergentes, e era isso que estava faltando nesta CPI. O problema aqui é colocar alguém que fale contra esse modelo. Então, parabéns ao Paulo que expôs aquilo que tem sido quase o comum e o corrente de quem foi do Governo, seja FHC, seja Lula.

Aliás, você começou por um debate sobre o endividamento e o papel do endividamento. Você disse assim: *Gerações futuras não estão aqui para reclamar da dívida feita*. Eu queria contrapor; peço vênia para me contrapor à sua proposta. Eu digo que as gerações futuras não estão aqui para reclamar da dívida paga, que é pior, não é da dívida feita. Claro que ela foi feita ilegalmente, é só pegar a dívida externa brasileira, que explodiu na década de 70, transformou-se depois, na gestão Fernando Henrique, girou para ser dívida interna prioritária. Não é que ela não exista, mas o problema principal está exatamente na questão seguinte, pois todo o nosso parâmetro é relação dívida/PIB. A relação dívida/PIB está estável, então os fundamentos estão dados, etc. Não se trata daquilo que humaniza a discussão sobre a dívida. Quanto do esforço brasileiro é pago para satisfazer as necessidades da dívida pública brasileira? Essa questão passa em branco. Ou seja, discute-se o Orçamento, reserva-se um monumental montante de recursos para pagar juros e amortizações que, somados à rolagem da dívida, chegam a 50%, praticamente, da arrecadação fiscal, e a gente não toca nesse assunto. Isso aí é um tabu, um tabu na mídia e um tabu aqui na Casa.

Então, nós não entramos, rigorosamente, naquilo que é o essencial. Ou seja, o que nós faríamos? Qual é a forma de se mexer com esse mecanismo cruel, que é essa transferência líquida de capital, da arrecadação fiscal, do esforço nacional, para o bolso da especulação financeira, dos banqueiros internacionais e nacionais e do rentismo, no geral, brasileiro? Porque enquanto não desatarmos esse nó, nós vamos ter crescimento medíocre na sociedade brasileira e vamos ter concentração de renda, que é o pior, concentração de renda e riqueza. Essa é a consequência imediata. Inclusive, o Paulo Souto colocou bem. Eu acho que quando se cresce 4% aqui, já se comemora monumentalmente. O desafio brasileiro não é crescer 4%, com o atraso histórico que existe.

O Armínio colocou que o juro real é bastante elevado. Mas aí eu volto àquela velha pergunta: por que não baixa? Porque o nosso juro real nosso — você mesmo



constatou — é altíssimo. E a única explicação que eu vi é para se manter a inflação dentro da meta ou próximo da meta, como se não houvesse outra alternativa.

Essa é a pergunta que refaço aos 2 debatedores: Como responder a isso?

Mas gostaria também que o ex-Presidente do Banco Central, Armínio Fraga, pudesse me responder algumas perguntas. Temos a obrigação de fazer um relatório nessa CPI sobre a construção da própria dívida e respostas a ela. Inclusive já há estudos da dívida interna e externa, particularmente da externa, no Congresso Nacional, e não são aproveitados.

Então, a primeira questão que faço ao Armínio Fraga, como participante do Banco Central, é a seguinte. Consta de registros do Banco Central que o senhor participou da comissão que renegociou a dívida externa com bancos privados, que resultou no Plano Brady. Consta que em 1992 o Brasil teria firmado alguns contratos referentes a essa negociação. O Banco Central ainda não localizou esses contratos que envolveriam negociações superiores a 50 bilhões de dólares. Estamos fazendo esse requerimento de informações e eles não nos passam. Eu queria saber se o senhor tem informações sobre isso. Houve a assinatura de algum contrato em 1992, onde se realizou esse pacto e, se houve uma renúncia, que tipo de renúncia foi feita naquela ocasião em relação a esses acordos firmados em 1992 no Banco Central, relativos ao Plano Brady?

A outra pergunta é: por que na negociação com os bancos não foram consideradas as ilegalidades do endividamento que haviam sido denunciadas em 3 Comissões do Congresso Nacional que aqui nesta Casa enfrentaram o endividamento com os bancos privados? Uma delas refere-se a uma coisa extremamente grave, que é o impacto da elevação unilateral dos juros. Quer dizer, contratos que foram feitos à base de juros flutuantes. Segundo, dívida de juros sobre juros, que recebe o nome de anatocismo. Mas poderíamos chamar isso de usura. É o termo mais claro e conhecido. Que eu saiba é proibido. Terceiro, cláusulas ilegais que feriram a soberania nacional e a corresponsabilidade dos credores que nunca foi cobrada. Por que na negociação com os bancos não foram consideradas essas ilegalidades do endividamento apontadas por comissões do Congresso Nacional?

Ou seja, essa negociação é feita como se nada tivesse acontecido de ilegal em todo o processo. Eu entendo que esta CPI deve investigar isso e dar uma



resposta e uma solução para o endividamento ilegal, que vem da dívida externa brasileira e depois é assimilado e passa para a dívida interna brasileira.

Outra questão, Armínio Fraga. Durante sua gestão à frente do Banco Central houve várias emissões de títulos da dívida externa brasileira no exterior por meio de agentes. Nós fizemos uma pesquisa aqui e vimos que tais títulos não eram registrados, inclusive por informações vindas do Banco Central, no órgão americano correspondente à Comissão de Valores Mobiliários, a SEC — V.Exa. deve conhecer melhor do que eu essas questões —, como prevê a lei de valores dos Estados Unidos, parece-me pós-crise de 1929, que é de 1933. O contrato permitia operações adicionais da chamada *over a lot* — traduzindo, emissão adicional de papéis —, tendo o título da dívida brasileira como lastro, sem qualquer limite, ficando tais operações inteiramente a cargo do agente no exterior.

A minha pergunta é: qual é a relação entre as operações adicionais de *over a lot* e o incontrolável mercado de derivativos, que são, como vimos, causadores de monumentais impactos agora na crise econômica? Os títulos da dívida brasileira estão servindo de lastro para operações sobre as quais o Brasil não exerce controle algum? É disso que se trata esse tipo de operação?

Bom, essas são questões que nos interessam na dívida. Eu, como proponente — inclusive, também queria me referir às últimas entrevistas que o Sr. Deputado Márcio Reinaldo Moreira deu. S.Exa. deu várias entrevistas a grandes jornais da imprensa brasileira e falou que o Brasil agora está na moda, que há um enorme espaço para derrubar as taxas de juros. Agora, se há esse enorme espaço, não ficou claro na sua exposição por que não se derruba. Porque estão sendo negociados praticamente a 13%, sendo que a SELIC a 8,75% já é extremamente alta. Comparada às taxas de juros internacionais, inclusive de países periféricos do capitalismo, ela é monumentalmente alta.

O que V.Exa. acha dos ganhos dos banqueiros e do rentismo no Brasil frente a essa questão? Ou seja, frente à alta taxa de juros quem é o beneficiário, qual o perfil desse beneficiário e quais os ganhos estrangeiros com os títulos da dívida interna brasileira? Segundo a nossa avaliação, ficou próxima a 50%. V.Exa. confirma que não há conhecimento do mercado?



Vejam. Se considerarmos desvalorização cambial, o ganho dos estrangeiros com títulos da dívida interna brasileira ficou próximo a 50%, segundo estudos nossos. O senhor confirma isso? Depois gostaria que V.Exa. pudesse comentar. A pergunta é em relação aos juros brasileiros. O senhor disse que o Brasil está na moda. Há um enorme interesse pelos títulos da dívida brasileira. Agora, ao mesmo tempo o senhor falou que há um enorme espaço para derrubar as taxas de juros. Enquanto isso a lucratividade é monumental para quem lida com títulos da dívida interna brasileira.

Finalmente, queria fazer mais 2 questões. Primeiro, sobre o descontrole do gasto público. Geralmente esse é um perfil do “tucanato”, e V.Exa. também nas suas entrevistas chegou a ventilar isso. Quero fazer um contraponto. Quer dizer, na minha opinião a dívida é muito maior do que o gasto. Ou seja, o problema nosso é a dívida, é o pagamento da dívida. E aí se faz uma imensa luta política em que todo mundo vira bode expiatório do ajuste fiscal, a começar pelos aposentados, como disse o Paulo Souto, a começar pela Previdência, que paga a conta desses gastos.

Então, gostaria que os nossos debatedores pudessem entrar de fato nessa questão. O gasto com pessoal, por exemplo, tem caído como proporção do PIB — essa é a nossa visão — e também como proporção da receita líquida, enquanto que o gasto com a dívida tem aumentado significativamente. Quer dizer, não podemos continuar travando esse tipo de luta. Em vez de se procurar uma discussão para saber se temos condições de renegociar essa dívida, de ter outro tipo de proposta, de diminuir brutalmente o esforço brasileiro para o pagamento de juros, acusamos a necessidade de um novo esforço fiscal, com cortes, e assim por diante. Então, já não bastasse 30%...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Márcio Reinaldo Moreira) - Só quero adverti-lo de que faltam 2 minutos para encerrar.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Perfeito. Ainda estou dentro do tempo. Obrigado, Presidente.

O SR. ARMÍNIO FRAGA - (*Intervenção fora do microfone. Inaudível.*)

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Eu sou o proponente e tenho direito a 15 minutos. Hoje sou eu, Hauly. Você sempre fala muito aqui. Como eu falei do “tucanato”, ele já tremeu na cadeira. Alternativa eu tenho, mas eu quero que os



nossos debatedores exponham. Não adianta eu falar minha alternativa aqui. Eu já a estou sinalizando.

Ele sabe que tem alternativa. Ele sabe que tem alternativa, só que alternativa não é falar “sim, senhor” para banqueiro internacional; não é defender câmbio flutuante, não é defender altíssimas taxas de juros; não é comprar confiança do mercado a todo custo. É disso que se trata. A lógica que eu entendo é esta: é comprar confiança do mercado sempre. E isso é que estabiliza a economia. Não há outra saída. Como se todos os países do mundo só tivessem um caminho. E o Brasil, em particular, tem que seguir um caminho em que ele paga uma das taxas de juros mais altas do mundo. V.Exa. mesmo reconheceu que é muito alta.

O SR. ARMÍNIO FRAGA - (*Intervenção fora do microfone. Inaudível.*)

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Que é baixo também. Exatamente, mas o problema é que V.Exa. adotou a linha de que o crescimento era de 2%, na sua época, a média do Governo Fernando Henrique. V.Exa. poderia ter registrado isso. O Paulo Souto falou que também teve o fator externo. É verdade, os fatores externos contribuíram, mas rigorosamente o Brasil crescemediocremente.

O SR. ARMÍNIO FRAGA - (*Intervenção fora do microfone. Inaudível.*)

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - É disso que se trata. E ele crescemediocremente fazendo um megaesforço fiscal e deixando o rastro de miséria, uma educação pública absolutamente sucateada. Há um Sistema Único de Saúde, aprovado em 88, que nunca é implantado, pelo contrário, vai sendo privatizado e terceirizado, com problemas gravíssimos de infraestrutura, porque há um imenso esforço fiscal, um engessamento, inclusive, com Estados e Municípios para pagar juros da dívida.

E aí dizem: “O que fazer então?” Meu amigo, é renegociar a dívida. Outros países fazem. Fazer auditoria da dívida. É isso que ele quer ouvir. Mas hoje eu não estou para falar; eu estou para ouvir.

Mas eu quero finalizar, Srs. Deputados, fazendo uma outra questão, uma última questão, que é a seguinte. Eu quero saber a opinião do ex-Presidente do Banco Central, Armínio Fraga, sobre as contas CC5, que eu acho que são causas de fraudes monumentais, evasão fiscal e lavagem de dinheiro. Há investigações da Polícia Federal sobre isso. E isso foi liberado pelo Banco Central.



E aí eu pergunto e aproveito emendando que há um projeto de lei nesta Casa propondo anistia geral a quem levou dinheiro para o exterior ilegalmente para trazer para cá. Qual é a sua opinião sobre essa questão também?

Só ao Paulo eu queria dizer o seguinte: como é que nós podemos sair, Paulo, dessa proposta do pensamento único? Quer dizer, qual o potencial do Brasil com a sua infraestrutura? Qual é o potencial de crescimento? Qual é a relação disso com a dívida? Ou seja, o mecanismo da dívida como esforço fiscal impede essa questão.

E mais, eu acho que você poderia explicitar melhor, porque nós já tratamos disso aqui, e o Governo continua negociando e o Banco Central também, Armínio Fraga, sobre as operações do mercado aberto. Eles não querem computar dentro da dívida interna brasileira. Nós devíamos... Porque aí entra inclusive o problema do perfil...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Márcio Reinaldo Moreira) - O prazo está encerrado, Deputado Ivan Valente.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Só peço 30 segundos, Sr. Presidente. Do perfil que nós pedimos ao Banco Central e não nos foi fornecido dos credores da dívida pública, sejam os internacionais e os nacionais, os bancos, os fundos de investimento e as pessoas físicas. Nós não conseguimos esse dado do Banco Central. Ele está se negando até agora a enviar esses dados oficialmente. E nós queremos, inclusive, que não haja sigilo para essa questão. Esses dados devem ser públicos, mas não é só isso. Por enquanto nós estamos pedindo só o perfil, não os nomes, mas até isso não está sendo fornecido.

Obrigado, Sr. Presidente e nossos convidados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Márcio Reinaldo Moreira) - Bom, eu creio que nós temos 3 outros inscritos aqui, além do Relator. Eu gostaria de passar a palavra a eles, exatamente para a gente poder ouvir também os Parlamentares.

Luiz Carlos Hauly tem 10 minutos para suas considerações e questionamentos.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Márcio Reinaldo Moreira) - Depois, o Deputado Paulo Rubem Santiago; posteriormente, Pedro Fernandes.



O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY - Obrigado, Presidente. Srs. Parlamentares, ilustre Sr. Relator, Pedro Novais, ilustres convidados, realmente há uma nítida dicotomia aqui da visão, da maneira de enxergar, mas me parece que também é a metodologia de cálculo.

Quando nós tratamos de fazer verificação de dado estatístico, que indicador, que índice de correção você utiliza? INPC, IGP-DI, porque, claro, toda verificação que você faz... Eu vou verificar quanto eu ganhava em 1995. Como Deputado Federal, eu ganhava 100 salários mínimos — o salário mínimo era de 80 reais. Hoje, eu ganho 32 salários mínimos, porque o salário está em torno de 500 reais. Então, nós temos... Claro, no orçamento daquela época, de 1995, 1994, antes do Plano Real, você não tinha esse parâmetro, pois você tem que pôr numa tabela de fazer o cálculo, atualizar esses dados de 1994 para trás, quando não era moeda o real. Então, quando você pega um dado estatístico e compara valores nominais, você faz atualização, valores correntes. Você quer fazer uma comparação de valor igual, você tem que fazer dado estatístico. Então, é a metodologia estatística que deixa um pouco... e agride, acaba agredindo.

Eu sempre fui muito crítico da política econômica do Governo, que eu defendi. Ninguém, neste Congresso, nenhum Parlamentar defendeu mais o Plano Real e a estabilidade do que este Parlamentar que vos fala. Senti-me traído quando caiu o câmbio fixo, de 98 para 99. Entendi que aquele momento foi uma ruptura dolorida, porque eu venho de uma origem da maior área produtora rural do País, que é o Paraná. Tem apenas 2,3% do território nacional e produz 22% dos grãos no País. Dependemos, para viver, da renda agrícola. E sabemos o que significa o câmbio flutuante. Mas esse é um outro capítulo.

No capítulo do endividamento, eu verifico e constato — e aqui estava procurando uma tabela; e na tabela aqui do Armínio Fraga tem a relação do déficit público brasileiro de 95 para cá — que todos os anos tivemos déficit público nominal, porque o conceito de superávit primário, esse é um outro conceito: o que existe realmente, quanto se arrecadou e quanto se gastou. Não estou nem discutindo a qualidade da arrecadação, que é a pior do mundo.

O Brasil tem o pior sistema tributário do mundo e, com certeza — como eu acredito que tem vida nos planetas lá fora —, é o pior sistema tributário das galáxias.



E, é claro, estamos sempre incomodados com a questão do pagamento de juros que o Governo paga unilateralmente, os juros que o cidadão paga. Quando o cidadão é rico ou classe média, ele paga menos que o trabalhador, e assim por diante. O brasileiro pobre paga o dobro de impostos do que o brasileiro classe média e rico. Então, temos todas essas dicotomias na vida pública brasileira.

Eu acompanho os dados estatísticos oficiais do Governo e verifico que o Governo Federal, que devia 24% e 25% do PIB, continua devendo isso de 94 para cá — mais ou menos, a mesma tendência. Verifico que em 88, no ano da Assembleia Nacional Constituinte, os 3 entes do Governo arrecadaram 22,4%, e estamos próximos de 37%. Aumentamos a arrecadação, mas aumentamos desgraçadamente a despesa. Nós vamos gastar este ano mais de 3% do PIB do que arrecadamos.

Claro, o ovo ou a galinha, não é? Quem que vem primeiro? O que você faz? Você paga a dívida, faz nova dívida, rola a dívida? Temos um déficit muito grande. Temos uma dívida social muito grande com o povo brasileiro. A saúde precisa de pelo menos mais 30 bilhões por ano, da parte federal e estadual; a educação precisamos massificar; as estradas, os portos, os aeroportos, os hospitais, as escolas... Nós estamos com baixíssima capacidade de investimento. O Governo Federal investe ridiculamente.

E vejo aqui uma condenação frontal do atual Governo Lula, do que o Palocci fez, do que o Mantega está fazendo, e do que o Meirelles fez. Vejo uma condenação explícita, frontal, brutal. É preciso o atual Ministro da Fazenda vir aqui se defender das acusações que são feitas pelo Sr. Paulo Souto, uma acusação terrível, que fere de morte o Partido dos Trabalhadores e o Presidente Lula.

Então, eu acredito que essas considerações todas precisam... Eu vejo com muita tranquilidade que estamos discutindo a questão do endividamento, e verificamos que o Brasil não tem sido um País responsável. Se fosse, não teria déficit público, não teria tantos passivos.

E gostaria de perguntar, finalmente, para também não comprometer o horário dos nobres colegas, a questão de como é que vê quando o Governo anterior ao Lula assumiu o passivo do Banco do Brasil. Quanto foi aquele passivo assumido da Caixa Econômica Federal, do Fundo de Compensação de Variação Salarial, dos



bancos estaduais, que eram emissores de moeda — todo Governador do Brasil emitia moeda através dos seus bancos estaduais —; do PROER, que foi incluído, do déficit público desses 15 anos do Plano Real; das dívidas estaduais assumidas; do baque que tivemos na âncora cambial — tivemos um prejuízo naquele momento — ; e dessa monstruosa reserva cambial que temos hoje face ao que temos que fazer? Se temos 250 bilhões de dólares lá, nós temos que ter quatrocentos e poucos bilhões aqui de reais aplicados a 8,25% ou 8,75% — eu nunca sei dessa história.

O que eu sei, o que eu entendo é que as ações que o eminente convidado Paulo Souto disse, que a Justiça diga primeiro. A Comissão não vai pegar denunciante aqui. Eu sou contra isso, viu Relator? Temos que ver se a Justiça decidiu tomar alguma providência, para ver o que faz, porque trazer aqui, virar uma delegacia de polícia para fazer acusação sem que a Justiça brasileira tenha se pronunciado, eu acho isso um pouco contraditório, porque as denúncias são antigas, precisa ver o que foi feito.

Com relação, por exemplo, aos gastos públicos, a folha de pagamento na virada do Plano Real, em 94, com o Itamar, era de 22 bilhões por ano. Quando o Fernando Henrique deixou o Governo para o Lula, estava em 75 bilhões. O Fernando Henrique triplicou a folha de pagamento dos funcionários públicos da União, triplicou. E dos 22 passou a pagar 75. E o Lula pegou em 75 e vai fechar esse ano em 170 bilhões ao ano, 170 bilhões de reais ao ano a folha. O salário mínimo era de 80 reais. Hoje ele foi multiplicado por quanto aí? Podem me ajudar — por 6 vezes. Foi uma política decidida do Fernando Henrique, do PSDB, e do PT, do Lula, de fazer aumentos reais do salário mínimo, que acabou criando uma confusão aos nossos irmãos, ao meu irmão lá, que vive de aposentadoria também — e eu vou viver daqui a pouco de aposentadoria. O que ganhava acima do salário mínimo não teve o mesmo reajuste do mínimo. Então, como é que vai ficar essa questão?

Estão 2 projetos na Casa, vão ser aprovados. Se eles forem à pauta, serão aprovados, inclusive com o meu voto. Votarei favorável à quebra do fator previdenciário e votarei favorável ao reajuste para todos os outros aposentados, porque o projeto é patrocinado por um Senador do PT, aprovado pelo Senado da República. Estou entendendo que tem recursos suficientes, porque senão o Senador



do PT teria sido expulso por infidelidade partidária. Então, com certeza, estou confiando que não haverá nenhum risco...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Márcio Reinaldo Moreira) - Eu alerto o nobre Deputado que tem mais 1 minuto.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY - Obrigado.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - O PSDB já se acertou com o PT sobre isso aí de votar contra os aposentados.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY - Você me desculpe, mas no meu voto mando eu. Eu votarei favorável a essa matéria, de acordo com o projeto que está aí na pauta. Ninguém, nenhum político ou cúpula do partido, vai mexer nessa situação. Com todo o respeito, você pode fazer o que você quiser. Quem tem que assumir a responsabilidade de governar o País está lá para o outro lado da rua — aliás, ele está lá para baixo, lá perto do lago, não está mais aqui, porque está em reforma —, que é o Presidente Lula.

Mas com certeza faz tempo, não é de hoje. Essa questão nunca foi discutida. Aliás, nós votamos o aumento de 16,17%, e o Presidente Lula vetou. Faz 2 anos que está votado o aumento dos aposentados que ganham acima do salário mínimo, com o nosso voto. Foi votado, e foi vetado pelo Presidente Lula. E está ali o veto. Se quisessem derrubar o veto, era só colocar em votação. Mas quem preside o Congresso é o Presidente José Sarney, e quem manda no Presidente Sarney é o Presidente Lula, que salvou momentaneamente a vida pública dele. Então, vamos deixar bem clara essa questão.

É isso aí.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Márcio Reinaldo Moreira) - Eu gostaria de avisar aos colegas que já estão encaminhando votação. Daqui a pouco nós talvez tenhamos que fazer um exercício rápido aqui para uns irem, enquanto os outros permanecem, ou suspender a sessão por alguns minutos. Mas, enquanto temos tempo, vamos passar a palavra ao Deputado Paulo Rubem.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, prezados convidados, o cantor e compositor Luiz Melodia, no último CD dele, intitulado *Estação Melodia*, nos presenteia com uma música cujo título é *Cabritada*. O verso da música diz o seguinte:



*"Bento fez anos e para jantar me convidou
Me disse que ia matar um cabrito
Onde tem cabrito eu 'tô
Mas quando o comes e bebes começou
Chegou a polícia com o dono do cabrito
E a festa se acabou."*

Ou seja, acabou a farra com o patrimônio alheio. Fico me perguntando quando vamos ter autoridades fazendárias e humanitárias que vão dizer que não se pode fazer farra no Brasil com o patrimônio alheio.

No último dia 13, sexta-feira, a *Folha de S.Paulo* publicou um artigo de nossa autoria, respondendo a um outro artigo, publicado dia 4 de novembro, escrito pelo Deputado Berzoini, pelo Deputado Vignatti, pelo Deputado Pedro Eugênio, que reclamavam da acomodação dos bancos em relação ao spread bancário. E nós invertíamos o processo dizendo que a acomodação não é dos bancos, a acomodação é das autoridades fazendárias, das autoridades monetárias que permitem, por exemplo, o que está publicado aqui no jornal *O Estado de S.Paulo*, no dia 28 de outubro: *Bancos buscam proteção em títulos*. Todos nós aqui, na infância, lembramo-nos que os nossos pais muitas vezes disseram: *"Não, não faz isso. Não pode. Não é para fazer assim!"* — presumindo-se que os nossos pais sempre querem o melhor para nós como crianças, e nós, para os nossos filhos. O que acontece é que não tem autoridade monetária e não tem autoridade econômica no Brasil que diga: *"Não pode e pronto. Ponto final."*

Nesse artigo que publicamos, nós inclusive colocamos que isso aqui é inconstitucional. O papel do sistema financeiro não está definido no Estatuto do Clube das Pás Douradas, lá do Carnaval de Recife, não. O papel do sistema financeiro está definido no art. 192 da Constituição Federal.

Quero que me provem que esse tipo de operação aqui está em sintonia com o papel que a Constituição determina para o Sistema Financeiro Nacional: enfiar 400 bilhões em títulos da dívida mobiliária. E aí se começa a dizer que é o aumento da despesa corrente que compromete a capacidade de investimento do Estado, que é o déficit da Previdência que compromete a capacidade de investimento do Estado. É preciso que cheguemos a um momento em que as autoridades digam que isto não



pode, e ponto final, porque a primeira brutalidade fiscal já foi dita aqui pelo Deputado Hauly, e já nos referimos a ela centenas de vezes.

A primeira brutalidade fiscal deste País começa com a carga tributária. A segunda é a destinação que se dá a esse montante astronômico de receita pública num País em que apenas 45% da população matriculada na 1^a série do ensino fundamental conclui a 8^a série; num país em que hoje o jornal *Valor Econômico* publica uma manchete de capa absolutamente maluca, criticando inclusive a desvinculação da DRU para financiamento da educação. “Ah, é bom para a educação, mas vai retirar receita, o que pode implicar piora das condições do Estado, dos gastos correntes etc., etc., etc.”

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - O *Estadão* também fez igualzinho.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Ora, como é que vamos expandir o ensino federal tecnológico para o Norte, o Nordeste e o Centro-Oeste? Como é que vamos abrir novos institutos federais tecnológicos sem contratar pessoal com concurso público? Sou de um Estado que, até 10 anos, só tinha universidade federal na região metropolitana do Recife. Nos últimos 10 anos, levamos a universidade federal para o Sertão do São Francisco, para o Sertão Central do Estado, para o Agreste, uma região tradicionalmente produtora de leite e de café. Não tinha universidade! O filho do agricultor, o filho do comerciante, se quisesse estudar, tinha de se mudar para Recife!

Então, este Estado brasileiro precisa ser seletivo, precisa aumentar o gasto público de acordo com a natureza do gasto que é importante para a sociedade brasileira. Agora, gasto público que não produz emprego, que não compra máquina, que não rende tributo, que não desconcentra o desenvolvimento do eixo Sul-Sudeste, mas que multiplica ativo sem produzir, como se diz no dito popular, sem pregar um prego numa barra de sabão, é farra, não é negócio, não é investimento. Agora, só acontece porque a acomodação não é dos bancos. Por que animal selvagem tem de ser criado, se não está na natureza, dentro de um cercado? Por que é que, se não se cerca o boi, ele vai comer o milho do vizinho? Por quê? Porque onde não tem cerca impera o instinto.

Já procurei nos alfarrábios do Vaticano e não encontrei. Eu achava que o patrono dos bancos era São Francisco de Assis, e não é. E nisso não há nenhum



pecado. Quem falha não são os bancos que aplicam 400 bilhões no mercado aberto. Quem falha é o Estado, é a pouca vergonha, é a covardia, é a omissão das autoridades monetárias e fazendárias, que, num País que precisa de crédito, permitem uma farra dessa! Esse dinheiro que sai do Tesouro é o cabrito alheio da música do Luiz Melodia. É preciso que chegue lá a autoridade e diga: "Não pode."

Mas isso só pode se fazer com lei. Como é que se vai fazer com lei se os bancos financiam campanha e têm bancada aqui, se existe a bancada dos fundos de pensão que aplicam em títulos da dívida mobiliária seus ativos? Como é que se equaciona essa questão?

Então, concordo com o Presidente do Conselho Regional de Economia, temos de convidar... Aliás, fiz isso, prezado Paulo Souto, em 2005. Fui o responsável pelo convite para que viessem à Comissão de Finanças e Tributação as Procuradoras Raquel Branquinho e Valquíria Quixadá para falarem sobre a ação relacionada com as contas CC-5. Da mesma forma, precisaríamos trazer aqui a Profa. Denise Gentil, que, numa brilhante tese de doutorado em 2006, desmontou essa falácia de que o déficit da Previdência é o culpado do déficit público, da incapacidade de investimento do Estado. Já trouxemos aqui o Prof. Márcio Pochmann. E está disponível no site do IPEA o Comunicado 14 da Presidência do IPEA, de 12 de novembro de 2008. Nós gastamos, entre 2000 e 2007, 1 trilhão e 267 bilhões em juros da dívida pública e só aplicamos 98 bilhões em investimentos! As pessoas enchem a boca! O Brasil precisa de infraestrutura, porto, ferrovia, usina hidrelétrica. Agora estão falando em novas usinas atômicas!

Mas como, se não se destrava a mamata do ganho rentista, se não se destrava o castelo inexpugnável do COPOM, se não se destrava a sapiência luminar das autoridades monetárias, que se acham acima dos mortais comuns e sequer se dão o trabalho de equacionar a estabilidade monetária, o aumento do investimento na formação bruta de capital fixo e pleno emprego?

O IPEA publicou agora — vou compartilhar, Sr. Presidente, dentro do meu tempo — um trabalho muito interessante, plural, vai da primeira à terceira divisão do futebol da economia brasileira: *Sociedade e economia: estratégia de crescimento e desenvolvimento*. Tem uma passagem aqui muito interessante, pág. 43: *Muitas decisões são de natureza política, mas têm consequências econômicas. As decisões*



finais e fundamentais de como o PIB será repartido entre Governo e setor privado, entre o consumo e o investimento, não são técnicas e não estão sujeitas às leis da termodinâmica. Nas sociedades democráticas, são decisões da própria população. Isso aqui foi escrito pelo economista Antonio Delfim Netto e pelo economista Akihiro Ikeda, insuspeitos para vir aqui com qualquer verve de ultraesquerda. Não me consta que estão filiados ao PSOL no espectro partidário brasileiro.

Então, isso é uma demonstração de que nós precisamos aprofundar aquela proposta que havíamos feito no início: precisamos transformar a dívida pública num processo de anatomia patológica, Vamos cortando camada por camada quando o Banco Central omite da sociedade que 400 bilhões em títulos da dívida mobiliária são consequência das operações de mercado aberto que acompanham a formação das reservas.

E eu dizia aqui, em várias sessões, meu caro Paulo Souto, que se fala muito das reservas cambiais, mas se omite da sociedade que as nossas reservas são como o nosso colesterol: tem o colesterol bom e tem o colesterol ruim. Colesterol ruim é aquele que pode causar situação de risco. Colesterol bom é equivalente ao dólar que vem para o Brasil como investimento direto estrangeiro, é equivalente ao dólar que é amealhado com as exportações fruto da nossa competitividade empresarial, da nossa capacidade de exportação. O colesterol ruim é esse dólar safado que se adquire no mercado para não permitir a apreciação excessiva do real. Mas, junto dessa intervenção no mercado, abre-se uma intervenção para enxugamento da liquidez. E chegamos aqui, segundo dados publicados no dia 28, a algo em torno de 429 bilhões em títulos da dívida mobiliária!

Mas isso não é sintônico, não é harmônico, não é convergente com a Constituição Federal! Alguém precisa dizer que há uma margem estreita que pode ser facultada aos bancos para que eles operem nesse tipo de rentabilidade. Ou não se pode dizer que os bancos não podem operar determinados tipos de intervenção?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Márcio Reinaldo Moreira) - Deputado Paulo Rubem, eu interromperia V.Exa.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Pois não, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Márcio Reinaldo Moreira) - O tempo de V.Exa. já está esgotado, mas não é por isso, acho que V.Exa. pode continuar.



Suspenderia a sessão por 5 minutos. Convidaria os Deputados a irem ao plenário votar e retornar aqui.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Não é melhor ficar indo e vindo, feito abelha, como a gente faz aqui — sai, vota, volta, vem —, para a gente não ter de interromper a sessão?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Márcio Reinaldo Moreira) - Acho que é mais rápido a gente fazer isso.

O SR. DEPUTADO PEDRO FERNANDES - Sr. Presidente, vai ter uma votação imediatamente a essa aí, não vai ter interstício inclusive. Tem um requerimento de preferência, e depois vai ter outra. Justifica na outra, vota na outra.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Bom, então, vou continuar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Márcio Reinaldo Moreira) - Então, vamos continuar. V.Exa. tem mais 1 minuto para encerrar, então.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Vou concluir, portanto, Sr. Presidente, propondo que a CPI faça o convite para que as Procuradoras Raquel Branquinho e Valquíria Quixadá venham expor a nós aqui da sua ação em relação às contas que foram operadas à luz da Carta Circular nº 5.

Proponho também, e pretendo formalizá-lo, o convite para que a Profa. Denise Gentil possa trazer aqui quais são as intervenções que fizeram com que o superávit de 2% do Orçamento da Seguridade Social fosse incorporado ao superávit primário. Isso está confesso! A proposta de reforma tributária encaminhada há 1 ano e meio pelo Ministério da Fazenda, no *folder* explicativo da proposta, já comunica que algo em torno de 25 a 28 bilhões do Orçamento da Seguridade Social foram retidos pela DRU para dentro do Orçamento Fiscal!

Por isso, a frente de combate dos setores da seguridade social a essa proposta de reforma tributária, que extingue CSLL, PIS, COFINS, joga para o IVA Federal e joga para o Imposto de Renda Pessoa Jurídica, cuja fonte de arrecadação seria o Tesouro Nacional. É mais uma vez descobrir a Constituição, que é clara no tocante às fontes de financiamento, arrecadação, transferência e gestão própria pelos órgãos da Seguridade Social! Ou não estamos num Estado Democrático de Direito?



Então, proponho essas 2 convocações e reitero aqui aquela insistência quixotesca que tenho feito de que a CPI se desdobre em sub-relatorias. Hoje, está mais do que claro que tínhamos de operar uma sub-relatoria para tratar da dívida mobiliária, uma outra que investigue a renegociação da dívida dos Estados e Municípios. Muitos de nós aqui... Fui Deputado Estadual, acompanhei o processo de privatização do banco do Estado, a federalização com os títulos para cobrir o passivo do banco, o impacto disso hoje, nas contas do Estado de Pernambuco, para o cidadão comum, que nunca teve e está sendo onerado lá com parte da receita corrente líquida para pagar dívida do Estado com a União Federal. Mas dependemos da sensibilidade do nosso querido Relator, que até agora não emitiu qualquer sinal de apoio à criação das sub-relatorias.

E quero, por fim, comemorar, comemorar algo que, em maio de 2003, um grupo de 20 e poucos Parlamentares do PT à época propunha: o fim do pensamento único, apresentado num manifesto em defesa do crescimento já, de uma revisão profunda da orientação macroeconômica herdada do Governo Fernando Henrique Cardoso. E fomos tachados de loucos, de irresponsáveis. Pior do que a ditadura das armas é a ditadura do pensamento único, de alguns que querem transformar as ciências econômicas em ciências universais, ciências exatas. Eu fico imaginando, lá na minha universidade, a Economia sair do Centro de Ciências Sociais Aplicadas e ir para o prédio de Ciências Exatas. Eu acho que não vai chegar nunca, não é?

Então, o fim do pensamento único em economia é uma conquista democrática, uma conquista da nossa sociedade brasileira, é uma conquista da nossa academia, para mostrar que o que há 4 ou 5 anos era tido como verdade absoluta há 20 anos se disse que a ideologia do desenvolvimento, do estruturalismo, do Estado como um promotor do desenvolvimento tinha caído — Consenso de Washington, Muro de Berlim. Vinte anos depois, vem a megacrise financeira mundial e desmonta toda a lógica do pensamento único, da supremacia do mercado, que era cantada e decantada em verso e prosa há menos de 2 décadas.

Então, nós estamos recuperando a capacidade de pensar o País, a capacidade de pensar a nossa inserção no desenvolvimento mundial, com soberania, com autonomia. Ora, bem disse aqui o Prof. Carlos Lessa: dívida por dívida não é crime.



Eu fui, sexta-feira, a uma livraria de um *shopping* e gastei 320 paus no cartão de crédito. Comprei um DVD de Chet Baker, jazzista; comprei um disco de Pixinguinha, músicas de Pixinguinha nos filmes nacionais; comprei um CD de músicas de MPB para meu filho de 3 anos e comprei 3 livros de economia. Vou pagar em 4 prestações. Me endividei, não me endividei? Mas acho que fiz uma dívida melhor do que alguém que gastou apostando em corrida de cavalo, no baralho, encheu a cara à noite numa boate.

É uma opção de quem faz a dívida a natureza da dívida. E está evidente que a natureza dessa dívida não é harmônica com as necessidades de investimento do Estado Brasileiro. É preciso que alguém dê uma de delegado, como disse o Luiz Melodia: chegou lá e acabou com a farra com o patrimônio alheio. Não é cabrito, mas é dinheiro público. Eu acho que também tem que ser tratado dessa forma.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Márcio Reinaldo Moreira) - Com a palavra o Deputado Pedro Fernandes.

O SR. DEPUTADO PEDRO FERNANDES - Sr. Presidente, no meu entendimento, acho que esta CPI, o resultado dela é propondo algumas coisas para o Executivo, para o Legislativo.

Eu quero aqui me dirigir aos 2 expositores, primeiro ao Sr. Armínio Fraga.

Vez por outra, comenta-se nesta Casa e se criam ambientes de dar independência ao Banco Central. Recentemente veio aqui o economista João Sayad. Pelas palavras dele, ele parece que tem horror à independência do Banco Central. Eu gostaria de ver a sua opinião sobre esse tema.

Faria uma pergunta ao Sr. Paulo Passarinho. Foi publicado, recentemente, a percepção sobre a corrupção no mundo. A Nova Zelândia está bem na foto, em primeiro lugar; no último lugar, está a Somália. E o Brasil melhorou 5 pontos. Ficou em 75, no lugar de nº 75. Dá para se perceber algum vetor dessa corrupção na questão da dívida pública brasileira?

Eu acho que o maior problema do Brasil é a dívida pública. Eu acho que dá para ser brasileiro e ser honesto. Veja bem: se os maiores gastos que nós temos é com juros, é com dívida, é com isso, nós não poderemos, com certeza, ter uma dívida pública isenta de corrupção. Essa é a minha percepção, já que o nosso lugar é muito desconfortável em nível mundial.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Márcio Reinaldo Moreira) - Com a palavra o Deputado Alfredo Kaefer.

O SR. DEPUTADO ALFREDO KAEFER - Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu abro o jornal aqui e eu tenho 3 notícias relacionadas a câmbio. Uma delas diz que o Meirelles pode ficar até o fim de 2010. Eu estava torcendo para ele ser candidato em Goiás (*risos*), até porque o nosso... o Perillo certamente ganharia dele. Mas aí a gente teria um novo alento com a saída dele. Quem sabe poderia mudar o rumo do câmbio? Aí eu leio uma outra notícia aqui, também relacionada, no mesmo jornal, onde o ex-Ministro Pedro Malan diz que o real vai se desvalorizar de forma ordenada e natural — jornal *O Brasil Econômico*, jornal novo; aliás, bem elaborado. Aí eu vejo uma outra nota aqui, onde o Ministro Mantega, num encontro de ontem, disse que, segundo o Goldman Sachs, o dólar no Brasil deveria estar a 2,60. Não sei se alguém leu essa notícia aqui. Interessante.

E aí eu já enveredo por esse caminho, que eu tenho 2 linhas aqui de indagações para fazer, de forma especial ao Armínio Fraga, nosso convidado. Eu não assisti às palestras, mas eu sei que o assunto é dívida pública e não deixo de entrar na história do câmbio.

Nós tivemos aqui, semana passada, o Prof. Sayad, que afirmou categoricamente, ao contrário de toda a tese de grande parte do período da gestão de Fernando Henrique, da qual o senhor participou, e da atual, que o melhor seria um câmbio administrado, porque nós teríamos um dólar ideal e nós teríamos também, com isso, uma situação de juro que nós... o Brasil certamente teria uma taxa de juro menor do que essa praticada. Então, já levo isso ao seu raciocínio para ouvir o que o senhor pensa disso.

A propósito, eu penso que hoje, no aspecto macroeconômico, o dólar e a situação do câmbio é o maior problema que nós temos hoje. Não é possível mais se continuar num setor produtivo onde nós construímos uma plataforma do agronegócio em cima de exportação. Vários setores produzem e levam aí 30%, 40% até 50% do volume para o mercado externo. Com a transformação dessa taxa de câmbio de dólar para real, as empresas estão efetivamente em prejuízo. E há vários setores já tomando posições, decisões de redução da sua produção, porque não é suportável mais essa taxa, até porque a crise fez com que nós tenhamos preços deprimidos lá



fora. E a situação de você, como disse o Malan, suportar um regresso paulatino da nossa desvalorização novamente do real, eu penso que ela será longa, muito lenta, e o setor produtivo não aguentará essa volta natural.

Então, queria ouvir alguém que é especialista na área de câmbio e que administrou dólar flutuante aqui no Banco Central por um bocado de tempo. Eu sou do livre mercado. Penso que seria o ideal o câmbio flutuante, mas também eu tenho que concordar que nós não temos os instrumentos adequados, não temos suficientes mecanismos, munição para fazer frente a que a gente compre dólar, projete dólar futuro, enfim, faça qualquer coisa para evitar que o nosso dólar caia ou que a gente tenha instrumentos para fazer com que ele volte de novo a equilibrar uma situação, porque ela hoje é extremamente desastrosa para o setor produtivo.

Vinte e cinco por cento das exportações de manufaturados já tiveram redução só este ano. E, pelo que se segue, nós vamos ser daqui a pouco um exportador de minério de ferro, quem sabe, de soja, de café, ou alguma coisa, mas muito pouco que gere emprego. E vamos reduzir o nosso PIB por conta da diminuição das exportações. Essa era uma linha de raciocínio que quero fazer.

Voltando especificamente, indo para a situação de dívida pública, algo também positivo que ouvi aqui do Sayad, desmistificando muitos radicais que gostariam de ver dívida pública analisada, investigada por conta de possíveis fraudes, exageros que tenham ocorrido, isso parece que a cada dia que passa começa a se desmistificar.

A nossa dívida pública é alta por erros estratégicos de conduta na nossa dívida pública. Cito uma delas, que é nós temos trocado dívida externa barata, que hoje... Imaginem quanto teríamos ganho se tivéssemos um estoque de vida pública do exterior, contraída a dólar, no fim, ainda na gestão do Presidente Armínio, com o dólar a 3 e pico, e hoje com o dólar valendo exatamente a metade, quanto teríamos ganho. Mas, por uma bandeira nacionalista, nós preferimos quitar a nossa dívida externa e aumentar drasticamente, internamente, pagando taxas SELIC extremas.

Então, eu pergunto — a todos que vieram aqui perguntei a mesma coisa —: o que o senhor faria para que nós tenhamos menos impacto dos juros que nós pagamos sobre a nossa dívida? Porque até considero que o estoque da nossa dívida não é tão exagerado. Eu já disse aqui aos nossos pares, várias vezes, que a



dívida pública americana tem quase 2 PIBs. E vejam o PIB americano, olhem o tamanho do PIB americano. Os americanos devem 2 PIBs de dívida pública federal. Nós devemos entre 40%, 45%, mas o drástico, o nefasto é que a nossa dívida impacta diretamente no nosso Orçamento. Nós deixamos de construir escolas, dar atenção à saúde pública, segurança, enfim, deveres do Estado, porque nós pagamos mais de 100 bilhões de juros anuais.

Então, o que fazer para que não tenhamos esse autoimpacto do pagamento dos juros sobre a nossa dívida? E o que fazer para que a gente tenha um alongamento que seja por vias de mercado, que não seja através de um calote, de medidas radicais, para que a gente tenha o alongamento da dívida, seja suportável, eventualmente a gente possa ter crédito, amanhã ou depois, para contrair mais dívida, se ela for direcionada para locais pontuais e necessários para a nossa Nação? E como fazer efetivamente para que a gente tenha uma taxa de juro real, compatível com aquilo que o mundo pratica, que é 1 ponto, 1 ponto e meio, no máximo 2 pontos de taxa de juros real?

À sua consideração.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Márcio Reinaldo Moreira) - Muito obrigado, Deputado Alfredo Kaefer.

Passarei agora a palavra ao Deputado Pedro Novais, que é o nosso Relator, para suas considerações gerais e colocações que julgar pertinentes.

O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS - Sr. Presidente, eu me dispenso o direito de usar da palavra, porque já estamos com a hora avançada, temos outros compromissos: temos uma reunião da bancada, aqui ao lado, e temos o Plenário nos aguardando. Então, eu gostaria de ouvir o Presidente do Banco Central e o Dr. Paulo Sérgio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Márcio Reinaldo Moreira) - Obrigado.

Passarei a palavra, então, inicialmente ao Paulo Sérgio, para que ele faça as colocações que achar pertinentes, dadas as posições dos nossos Deputados, e após ao ex-Presidente do Banco Central, Armínio Fraga — parece-me que suas indagações são mais fortes e frequentes —, para que possamos encerrar este debate.

O SR. PAULO SÉRGIO SOUTO - Bem, obrigado, Deputado Márcio Reinaldo.



Em primeiro lugar, faço aqui uma penitência. Eu me referi ao Deputado como Relator, que, na verdade, ocupa a Presidência interina aqui da Comissão. E peço minhas desculpas ao Deputado Pedro Novais, Relator, sim, desta Comissão, a quem não me referi explicitamente no início da minha exposição.

Vou procurar evidentemente responder às questões levantadas pelos Deputados.

O Deputado Ivan Valente pergunta como responder à, podemos dizer, inelasticidade da taxa de juros, a esta tendência que, na verdade, parece nos perseguir: convivermos com taxas de juros elevadíssimas, e isso há muitos anos. Na verdade, isso é uma contrapartida de um poder de mercado absoluto que se tem justamente dos credores da dívida em relação ao próprio Banco Central. No meu modo de entender, isso se dá justamente por um fato bastante curioso.

Em primeiro lugar, existe uma administração da dívida pública, parece-me, muito generosa, no sentido de emitir títulos e, principalmente, negociar títulos a taxas de juros muito elevadas, mas principalmente prazos muito curtos. E tudo isso convive com um quadro de absoluta liberdade de movimentação de capitais no País. Então, a perspectiva ou a possibilidade de uma fuga de capitais é sempre absolutamente paupável. Nesse sentido, e ainda mais num quadro de crise que não foi superada, esse é um ponto que nós não passamos, os sintomas mais graves dessa crise financeira se atenuaram, mas as razões dessa crise estão em curso.

Então, nesse sentido, mais do que nunca é necessário se restabelecerem controles rígidos sobre os fluxos de capitais no Brasil. Esse é um problema que evidentemente dará muito mais autonomia para o Banco Central fazer uma negociação, de fato, com os olhos no interesse do País, junto aos credores da dívida, porque a perspectiva, a possibilidade de fuga de capitais estará absolutamente restringida. Então, eu ficaria por aqui.

Com relação à rentabilidade dos estrangeiros, realmente em função dessas operações de mercado e onde procurei demonstrar que as taxas que estão sendo negociadas são taxas bem superiores à taxa SELIC, elas ainda são beneficiadas pelo processo de valorização do real. Então, o investidor estrangeiro ganha pela taxa SELIC e ganha também pela valorização do real.



Então, de fato...eu inclusive fiz anexar no meu depoimento, que vou deixar aqui com o Presidente da Mesa, cópia de uma matéria justamente do jornal *Valor Econômico* que aponta essa perspectiva de rentabilidade dos estrangeiros, do início deste ano até agora, em torno de 50%, conforme o Deputado Ivan Valente levantou.

Com relação aos problemas relativos a como o esforço fiscal impacta o crescimento potencial do País, na verdade, na minha apresentação, inclusive na minha expectativa de atender ao tempo de exposição, acabei não apresentando justamente esse quadro relativo à distribuição dos recursos orçamentários tendo como referência o exercício de 2008.

Convenhamos, não é possível convivermos com uma situação como essa, vejam bem, num quadro onde todos afirmam a prioridade para educação. Posso dizer que, no espectro partidário, da extrema Direita à extrema Esquerda, todos colocam que a prioridade no Brasil é educação. Prioridades, em termos de políticas públicas, devem ser refletidas no Orçamento. A prioridade só é prioridade se, dentro do orçamento público, nós criamos condições para fazermos aquilo que consideramos prioritário.

Um Orçamento onde, no caso, mais de 30% é comprometido com o pagamento de juros e amortizações — e olhem que nós não incluímos a parcela relativa a refinanciamento da dívida —, onde a área da educação justamente é contemplada com menos de 3%, precisamente 2,57%, convenhamos, não é possível a gente ter a educação como prioridade.

Outra área fundamental, que é a da saúde, é a mais aquinhoadas das áreas sociais: menos de 5%, 4,81% no exercício de 2008. Se a gente evoluí para o exercício de 2009, porque é importante lembrar que o Governo, em meio justamente à crise, reduziu o superávit primário de maneira importante, mas o que acontece em 2009, pelo menos até outubro? O eslaide, na sequência disso, mostra: juros e amortizações da dívida, 268 bilhões; gastos com pessoal, 120 bilhões; gastos com a Previdência, 161 bilhões. São dados do SIAFI. O valor gasto com a dívida equivale a 7 vezes os gastos com a saúde, 13 vezes os gastos com a educação ou 192 vezes os gastos com reforma agrária. Essas são as prioridades. A prioridade é a questão do pagamento da dívida pela forma como ela está sendo gerida. Não há como discutir isso ou não discutir isso.



Agora, eu apontei aqui também que, dado o modelo que nós temos, taxas de crescimento de forma continuada acima de 4,5%... Inclusive o ex-Ministro Pedro Malan deixava isto muito claro, inclusive como um dos arquitetos: ele falava, parece-me, em 4%. Por que isso? Porque, frente a um processo continuado de crescimento econômico num quadro de liberalização financeira, é evidente que capitais externos entram no País.

Aqui me permitam discordar do Deputado Paulo Rubem a respeito de que há um colesterol bom e um colesterol ruim. Mesmo o colesterol bom, que seriam os investimentos diretos externos, precisa ser relativizado. Por exemplo, as privatizações que foram feitas no Governo Fernando Henrique, que entregaram as distribuidoras de energia elétrica preponderantemente para grupos privados externos, internacionais, causam prejuízo muito grande. São empresas que faturam — e como faturam, aliás — mais do que bancos. A rentabilidade sobre o seu patrimônio nos últimos anos tem sido elevadíssima. E boa parte desses lucros é remetida para o exterior. São empresas que faturam em reais, mas remetem parte dos seus lucros para o exterior, em moeda forte. Não sem razão, conforme mostrei do défice em transações correntes gigantesco do ano passado, tivemos 33,9 bilhões justamente sobre a rubrica de remessas de lucros e dividendos.

Essa é uma questão que coloca, de maneira muito clara, os limites do modelo para o próprio crescimento. Por que isso? Com essa entrada de recursos, naturalmente temos um processo de valorização do real, como estamos assistindo. Nossas receitas de exportação ficam apenadas, e é um tremendo incentivo às importações. Naturalmente, esse ciclo um pouco mais elevado de crescimento econômico leva à redução do saldo comercial. Como a nossa estrutura na área de serviços e rendas é deficitária, estruturalmente deficitária, passamos a ter défice em transações correntes. Resultado: para cobrir esse défice, ou vamos atrair dinheiro especulativo para bolsas, para títulos, ou vamos vender patrimônio nacional. Vamos aceitar entrada do dinheiro para aquisição de terras, que está acontecendo de maneira espetacular, inclusive no momento de aplicações defensivas em função da crise econômica.

Continuando aqui a resposta aos Parlamentares, o Deputado Luiz Carlos Hauly lembrou que todos os anos temos défice nominal. Défices nominais, sim! Esse



é um conceito correto de défice fiscal. Mas por que temos défice nominal? Pela carga de juros, não é pelos gastos com educação, com a Previdência, com a saúde; muito pelo contrário, temos que ampliar esses gastos! Essa é a questão.

E acho que o problema do défice não é em si... Todos os países trabalham, desde que de forma responsável, desde que priorizando os investimentos que de fato venham a assegurar melhores condições de produção para o País, melhor bem-estar à população. Défices não só podem como devem existir, mas não défices de caráter eminentemente financeiro, em função justamente do padrão de administração da dívida.

O Deputado Luiz Carlos Hauly me acusou aqui de fazer acusações de morte ao Governo atual. Eu não faço acusações de morte, eu defendo a vida. E acho que quem está ferindo a vida não é o Governo atual ou o Governo de Fernando Henrique, são todos os governos que se subordinaram a essa ideia da ampla liberdade em termos da abertura financeira, principalmente. Como apontei aqui, vem de 1988 — e, na visão dessas procuradoras, de forma ilegal —, da abertura produtiva, tecnológica e da abertura que temos em todos os sentidos da nossa economia e da nossa sociedade, inclusive sob o ponto de vista cultural.

Não defendo, evidentemente, nenhum nacionalismo xenófobo, mas nenhum Estado nacional se firmou no concerto das nações abrindo mão justamente daquilo que é mais prioritário. Há pouco assisti, e comentava com o Armínio Fraga, a uma entrevista que ele deu à jornalista Míriam Leitão, em que ele apontava para o século XXI a possibilidade de fortes tensionamentos entre os Estados nacionais. E eu lembra a ele que há duas questões que caracterizam os Estados nacionais dignos desse nome: em primeiro lugar, a defesa da moeda e, em segundo lugar, a capacidade dissuasória, principalmente em função de investimentos na área da segurança nacional, das Forças Armadas. Isso é importante.

Mas como fazer isso num quadro onde a nossa moeda é uma espécie de *commodity*, é uma espécie, na verdade, de ativo absolutamente à mercê da sanha especulativa? Não temos o menor controle sobre o câmbio. Sou um economista de formação, à época em que valorizávamos muito que qualquer política macroeconômica séria tem que ter controle sobre câmbio, juros e salários, porque isso é que permite justamente você organizar uma economia em prol justamente da



produção, do emprego, do bem-estar da maioria, e não em prol da expectativa de alta rentabilidade do sistema financeiro — ou acabritada, como o Deputado Paulo Rubem lembrou.

Quanto ao problema da Previdência, acho que já me coloquei.

Em relação à matéria que o Deputado Paulo Rubem aponta, matéria de *O Estado de S. Paulo*, eu inclusive fiz constar matéria da jornalista Adriana Fernandes no dossiê que vou deixar aqui com o Relator; faz parte, é um dos meus anexos justamente essa questão. E a falha evidentemente não é dos bancos, concordo; a falha é do Estado, mas o Estado encontra-se capturado pelos interesses do sistema financeiro.

E aqui vou responder ao Deputado Pedro Fernandes, que pergunta a minha percepção sobre essa questão da corrupção no mundo, matéria jornalística, se não me engano, de ontem ou antes de ontem no *Jornal Nacional*. Cheguei a ver isso.

O senhor me pergunta se percebo algum viés de corrupção no problema da dívida. Eu não gosto de levar a discussão para esses termos. Evidentemente, isso é uma questão que foge à minha competência. Eu acho que políticas públicas que sejam bem constituídas, elas na verdade têm condições de inibir essas deformações do caráter humano em torno do problema da corrupção. Mas não posso deixar de lembrar que o nosso processo eleitoral é um processo eleitoral cada vez mais controlado pelos grandes financiadores de campanha. E eu não posso abstrair o fato de que, dentre esses grandes financiadores de campanha, na verdade se encontra um grupo muito restrito de corporações industriais. E dentre essas se destacam justamente os bancos, assim como construtoras.

Estamos, na verdade, construindo uma espécie de plutocracia no Brasil, apesar do volume gigantesco de votos, que ao mesmo tempo não tem oportunidade de ter campanhas de fato democráticas como, mais do que isso, é um eleitorado que é impactado dia e noite por uma massa de informações dos nossos meios de comunicação que são distorcidas, são deformadas, induzem a população brasileira a pensar que o grande problema das contas públicas é o problema da Previdência, seriam os valores de pensões e aposentadorias. Francamente, acho que o mínimo de seriedade seria importante em torno dessa questão, quando observamos esses



números. Essa é uma questão, parece-me, elementar para que possamos pensar esses problemas.

Para finalizar, apontei a necessidade de recuperarmos aqui o compromisso do Parlamento — compromisso constitucional — com a auditoria da dívida externa. O Deputado Ivan Valente levantou questões para o Armínio, parece-me, importantes de serem esclarecidas sobre uma dívida que já foi renegociada, mas cuja natureza precisa ser investigada; e novas dívidas externas que vêm sendo feitas também, que precisam ser investigadas. Só que passar hoje por um processo sério de auditoria da dívida externa implica realizar uma auditoria na dívida interna também.

Nesse aspecto, quero citar que tenho conhecimento, e foi citado aqui por alguém, da necessidade de se ter as informações relativas ao fluxo de recebimentos e pagamentos das dívidas internas e externa, com a demonstração do saldo final anual. E outra exigência é o perfil dos credores da dívida interna, por tipo e tamanho, especificando-se os grandes e pequenos credores da dívida interna, inclusive as aplicações por meio dos fundos de investimento, meramente um perfil. Isto, parece-me, é uma necessidade da CPI atual: avançar.

Agradeço a paciência de vocês em me ouvir. Vou deixar o meu depoimento com o nosso Presidente. Não somente para o Presidente da Comissão, bem como para todos os demais membros desta CPI, deixo aqui um exemplar de um livro há pouco editado pelo Conselho Regional de Economia com o nome *Dez Anos de Economia Brasileira, Decifrando Enigmas*. É uma coletânea de entrevistas do jornal dos economistas que tive a honra de organizar junto com o Professor Reinaldo Gonçalves. Estou passando-o às mãos do nosso Presidente, passo também às mãos do Armínio Fraga esse livro de entrevistas, que de alguma maneira aborda esse conjunto de questões que eu aqui procurei demonstrar a vocês e que, no meu ponto de vista, são as questões principais que hoje impedem o Brasil de se encontrar com toda a sua potencialidade e principalmente com um futuro que seja diferente do nosso presente.

Espero estar enganado, mas me incomodo muito com um certo otimismo que paira no ar em meio a uma tragédia social, econômica, que avança aos nossos olhos. As nossas grandes cidades estão inviabilizadas, o nosso campo está apenado por um modelo agrícola que precisa ser revisto.



Nesse sentido, o Deputado Luiz Carlos Hauly me pediu aqui uma opinião a respeito dessa situação das dívidas antigas. Realmente há muitas dívidas que já foram assumidas pelo Estado, e outras que continuam sendo. Uma delas, inclusive, diz respeito ao setor agrícola, que mais ou menos de 5 em 5 anos precisa de refinanciamentos gigantescos para o seu setor. E por que isso?

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY - Precisa de subsídio, precisa pagar ao produtor, como fazem a Europa e os Estados Unidos, senão não tem como sobreviver, não. Não tem como produzir nessa regra de câmbio flutuante.

O SR. PAULO SÉRGIO SOUTO - Mas o problema, permita-me, Deputado, não está apenas na questão do câmbio flutuante. Talvez esteja na própria essência do modelo agrícola, que sabidamente necessita, inclusive nos países mais ricos, de fortes aportes do Estado, senão é inviável esse modelo. Além de ser inviável sob o ponto de vista dos seus custos, ele é inviável sob o ponto de vista, inclusive, dos impactos que produz no nosso meio ambiente, com insumos altamente tóxicos à terra e à nossa saúde.

Tudo isso implicaria uma discussão muito séria, num País continental como o Brasil, a respeito da mudança do nosso modelo agrícola tão festejado, o chamado agronegócio.

Portanto, agradeço aqui a paciência de todos, repito. E principalmente me coloco à disposição, se for esse o caso, para quaisquer esclarecimentos, ou dos Parlamentares, ou mesmo de membros da Mesa. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Márcio Reinaldo Moreira) - A Presidência agradece a V.Sa., Dr. Paulo Sérgio Souto, Paulo Passarinho, é uma honra conhecê-lo e ouvir seu pensamento, suas colocações.

Passo imediatamente a palavra ao Dr. Armínio Fraga Neto, para que ele possa encerrar esta audiência pública. A Presidência também já agradece, e se sente muito feliz por tê-los aqui nesta tarde.

O SR. ARMÍNIO FRAGA - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Muitas perguntas, muitos temas e pouco tempo. Eu tendo a ser econômico. Peço desculpas se eu não puder abordar no detalhe que todos esses temas, na verdade, merecem.



Começo com rápidos comentários sobre a posição do meu colega de Mesa, Dr. Paulo Passarinho, com o qual — eu hoje tive a satisfação de descobrir isto — tendo a concordar no que diz respeito a objetivos, o que eu acho que já é alguma coisa. Há uma clareza dele — e espero que minha também — quanto à necessidade de se reforçarem os alicerces do nosso País, para que ele possa crescer de maneira sustentada, com “s” maiúsculo, em todas as dimensões que ele citou aqui, não vou ficar repetindo algumas.

Concordo com o que foi dito em relação ao potencial que este País tem para crescer mais do que 4%, mesmo nesse período dourado de crescimento da economia mundial. O colega dele, o Professor Reinaldo Gonçalves, fez essa comparação, muito bem feita, do nosso crescimento comparado ao crescimento do mundo. Com certeza você conhece isso.

O SR. PAULO SÉRGIO SOUTO - Sim.

O SR. ARMÍNIO FRAGA - E mostra que o crescimento, no período do Presidente Fernando Henrique, apesar de todas as crises, foi bastante razoável, quando comparado a essa fase.

O SR. PAULO SÉRGIO SOUTO - Não, com essa conclusão eu não concordo.

O SR. ARMÍNIO FRAGA - Desculpe-me, você já falou por duas horas. Deixe-me falar um pouquinho agora.

Essa questão tem a ver, no fundo, com a capacidade de o País investir e educar. Acho que estamos realmente muito defasados no que diz respeito a isso. E esse é um tema que ultrapassa nosso mandato aqui nesta Comissão e vou ser um pouco mais comedido do que ele foi. Não vou extravasar aqui todas as minhas angústias e perplexidades, e também a minha indignação. Eu também tenho. Se quiserem me chamar para uma comissão parlamentar de inquérito da indignação, eu gostaria de participar. Ninguém tem o monopólio da verdade no que diz respeito a isso.

Acho que a nossa distribuição de renda, terrível que ela é, não é um acidente. Nosso País está meio que desenhado para gerar isso. Felizmente isso vem melhorando ao longo dos últimos anos. Começou a partir do Plano Real. Teve um impacto enorme, como foco também dos Governos do Presidente Fernando



Henrique e do Presidente Lula, dentro do possível, nesse Orçamento estrangulado que temos para as áreas de saúde, educação, reforma agrária e outras mais.

Os temas levantados pelo Paulo foram muito amplos — ele falou por mais de uma hora —, e alguns deles acho que realmente não dá para abordar aqui, mas eu gostaria de registrar que na visão do Banco Central, tenho certeza de que isso não mudou, não houve qualquer descumprimento de lei, em que pesem eventuais acusações, que serão obviamente julgadas e avaliadas. Acho que cabe à Justiça decidir, mas com certeza todo o esforço jurídico, tanto do Banco Central quanto da área fazendária, tem sido feito de maneira sistemática, muito séria. Eu discordo desse ponto.

Ele comentou sobre o que aconteceu em 2002. Realmente 2002 foi um ano dramático. Agora, eu só queria registrar aqui — ele nunca teve a experiência de estar sentado lá na cadeira —, que o que aconteceu foi o um pouco diferente, Paulo. Não foi um objetivo da política encurtar. É que o mercado, quando percebeu que possivelmente a política econômica brasileira ia mudar de rumo — na linha, aliás, do que o Partido dos Trabalhadores sempre defendeu e escreveu —, quando o mercado percebeu que isso era uma realidade, o mercado congelou, e realmente não conseguímos papéis que vencessem... não era em 2003, não.

O SR. PAULO SÉRGIO SOUTO - Não, 2001, 2002.

O SR. ARMÍNIO FRAGA - Não, não, nós não conseguimos vender papéis que vencessem em 2003. Eles venciam dentro de 2002, inclusive nem em dezembro de 2002, naquele momento. Foi uma crise terrível! Foi um grande equívoco! Eu mesmo tive, naquele momento, o privilégio de conversar com o candidato a presidente Lula, e fui um dos que defendeu publicamente a visão de que o nosso País não ia se atirar pela janela; e não se atirou, está aí o resultado.

Nós conseguimos, com o FMI, uma linha de crédito que era totalmente defasada. Eram 20% do crédito desembolsado conosco e 80% com o próximo presidente, que naquele momento nós nem sabíamos quem seria. O FMI naquele momento nos deu essa linha, sem exigência de mudança de política. Foi uma coisa única na história do FMI, naquele momento: um gesto de confiança não só no Governo do qual eu fiz parte mas no que viria depois. Bacana! Achei que isso foi algo que na época nos ajudou.



Acho que a decisão do Governo Lula de manter essa linha de política foi muito além do acordo com o FMI, que foi encerrado relativamente rápido, e houve uma manutenção por opção. Discordo aqui do Paulo nesse caso. Acho que as pessoas podem discordar e ter opiniões sobre isso. Acho que é importante discutir. Realmente não acredito nessa visão única de coisa alguma. Eu estava dizendo para ele: eu não acredito nesse negócio de fim da história. Acho que isso é uma bobagem e acho que nós temos que ficar de olho, porque, ao contrário, nós estamos vendo é a volta da história, século XIX, e isso é um assunto muito sério.

Mas, de qualquer maneira, tenho muito receio. No Brasil também, infelizmente, já fomos um laboratório de ideias, uma usina infernal de planos, planos heterodoxos, e o resultado sempre foi terrível. Essa é a verdade. E as coisas evoluem, mudam. Eu realmente já fiz parte... Fui aluno da PUC que pensou nas formas de se quebrar a indexação, porque a gente não conseguia derrubar a inflação só com juro. Isso aconteceu com políticas, sim, políticas de renda, políticas importantes que depois derrubaram a inflação e permitiram que essa própria renda subisse.

Eu tenho muito receio — já entrando em algumas das perguntas dos digníssimos Parlamentares —, eu tenho muito medo. Eu não sou religioso no que diz respeito a controle de câmbio. Nós, em 1991, 1992, introduzimos taxação de fluxo de curto prazo. Eu era Diretor da Área Externa, do Banco Central. Acho que pode ser um mecanismo de curto prazo, mas infelizmente não creio que isso funcione. Isso me remete também à questão da área cambial, a esse tema das CC-5 também. Foi uma longa evolução na direção de trazer para a luz do dia esses movimentos que aconteciam às escuras. Ninguém via, não havia distinção entre movimentos, vamos dizer, necessários da economia — movimentos, eu diria, até justos no direito das pessoas — com movimentos ligados a dinheiro criminoso que não podia aparecer à luz do dia. Então, foi toda uma evolução que, ao meu ver, foi muito positiva e que trouxe muitos benefícios para o País.

Temos uma diferença de visão, sim, com relação a isso. Eu acredito que fazer parte do mundo de maneira soberana, mantendo todos os direitos que um Estado tem, é uma coisa de modo geral positiva. Requer se integrar, requer se abrir, requer se expor, mas essa exposição traz seus benefícios também. É como um atleta que



não se expõe à competição: ele tende a ficar gordo, flácido. Ou um equilibrista que anda no fio sempre com a rede lá embaixo: ele tende a tomar uma cervejinha lá no fio, porque, se cair, não tem problema. Eu acho que esse é um ponto bom de se discutir também.

Sem querer entrar nos dados outra vez, porque senão vamos abrir outra polêmica aqui, mas a conta de juros é alta, de fato — eu mostrei aqui na minha própria apresentação —, mas talvez não seja tão alta. Se contarmos o juro nominal, quando ele é refinanciado todo ano, a dívida está crescendo. O País não está amortizando dívida nenhuma. A dívida está crescendo. Acho que se exagera um pouco. Acho que a conta certa do peso econômico seria pegar a taxa de juros real que o Governo paga e aplicar à dívida. Dá um número mais baixo, mas é um número elevado. Acho que esse é um problema que precisa ser resolvido, concordo com o Paulo plenamente. Acho que o caminho para se resolver isso é que, talvez, o meu difira do dele.

Eu vejo, também entrando um pouco nas perguntas dos Parlamentares, principalmente do Deputado Ivan Valente — eu tenho suas perguntas anotadas e vou chegar a todas; acho que anotei todas, sem exceção —, vejo uma espécie de um algoritmo: auditoria, renegociação, reduz a dívida, resolve o problema. Eu sou muito céítico com relação a esse caminho. É uma questão ética importante realmente se descobrir se alguma coisa foi ilegal ou objeto de corrupção. Até hoje a mim isso não está claro.

Houve um endividamento externo, por exemplo, grande na década de 70, grandes projetos. Falava-se muito que nos projetos havia corrupção. Ninguém sabe, é uma coisa complicada. E hoje, enfim, é impossível ser contra esse tipo de coisa. Eu sou a favor. O TCU vive auditando. Eu até espero que o TCU se fortaleça cada vez mais, porque esse trabalho é fundamental. Ele, às vezes, é chato. Eu já fui auditado pelo TCU no Banco Central, mas é importante. Sempre levei isso muito a sério e acho que deve ser feito com muito cuidado.

No fundo, Paulo e outros aqui, há uma latente... Alguns explicitam: vamos reestruturar essa dívida, mas acho que isso não dá certo. Acho que é ruim. Acho que o Governo se endivida. Passa pelo Orçamento, que é votado aqui nesta Casa todo ano.



O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY - Você consegue reestruturar unilateralmente o Governo?

O SR. ARMÍNIO FRAGA - Não, você consegue, é só parar de pagar, mas eu sinceramente não recomendaria. É fácil, inclusive quando se tem mesmo uma dívida que não é bancária, uma dívida que está na mão de bônus. Se você parar de pagar, você pode alugar o Maracanã e vai aparecer todo mundo lá, porque todo mundo vai tentar receber. Esse não é o problema. O problema é que gera... Primeiro, é um sinal muito ruim criar outra vez, reintroduzir no País uma certa cultura da moratória. Até onde entendo, essa dívida foi toda acumulada legitimamente, e acho que ela tem que ser paga. Agora, nós temos que dar um jeito de reduzir esses juros, eu concordo também. Eu defendo outros caminhos, do lado mais macro.

Passando ao Deputado Ivan Valente, e tentando ser rápido, porque realmente são muitas coisas e talvez algumas coisas eu não possa responder de cabeça. Eu já estou fora do Governo há muito tempo.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Mas só uma questão, Dr. Armínio: o senhor concorda que, estando lá, é uma escolha que se faz.

O SR. ARMÍNIO FRAGA - O quê?

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Vocês, governantes, o Banco Central.

O SR. ARMÍNIO FRAGA - Pagar?

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Não só pagar, é não renegociar, estar sujeito à pressão do mercado, fazer uma avaliação...

O SR. ARMÍNIO FRAGA - Está bem, deixe-me tocar nisso. Vou tocar nisso.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - ... de que rigorosamente, na hora que se fala: “*Não, eu vou pagar religiosamente, não vou alongar, vou me submeter a todas as pressões...*” No Governo Lula também aconteceu isso. Eu fui do PT 25 anos e sei que o José Dirceu foi lá negociar a carta com o FMI. Ou seja, eles aceitaram a chantagem do mercado! É uma escolha.

O SR. ARMÍNIO FRAGA - Eu não colocaria dessa maneira, mas eu diria que é com certeza uma escolha, e acho que é uma boa escolha. Essa é a minha opinião.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Aí há divergência. É uma péssima escolha.



O SR. ARMÍNIO FRAGA - Essa é a minha opinião. No que diz respeito à questão do rentismo, do crescimento baixo, da concentração de renda, daria para falar por duas horas sobre o tema. Acho que nós somos, sim, uma sociedade um pouco rentista. Isso, infelizmente, foi algo que veio acontecendo ao longo dos anos. Porque, realmente, um país onde você ganhou durante anos 15%, 18% de juros, é algo que realmente mexe com o comportamento das pessoas e com a cabeça das pessoas. Isso é muito ruim e precisa, com o tempo, ser resolvido.

A verdade é que o juro caiu. Ele era 20%, agora está 8,75%. Eu acho que ele vai cair, com o tempo, se for preservado esse modelo, com alguns ajustes que eu sugeri aqui mais cedo. Há um limite para a carga tributária. E tem que se pensar no que fazer com esse dinheiro, e aí acho que o juro cai.

Acho que a questão de soberania com relação ao mercado é uma questão de difícil implementação prática. Existe aí o mercado. O que o Governo pode fazer? Ele está alongando os prazos. Ele desdolarizou. Alguns até acham que desdolarizou muito rápido. Mas é difícil. Eu acho que o Governo fez bem, tinha que desdolarizar mesmo. Inclusive a dívida em dólar que fizemos na época da crise, com intervenção de câmbio e tudo, parecia-nos um exagero e se mostrou que a nossa visão estava correta. Valeu a pena fazer aquele esforço.

Mas não vejo solução para a questão do crescimento baixo, da concentração de renda sem que haja realmente uma revolução na educação, que não passa só pelo Governo. É uma coisa que me surpreende aqui no Brasil uma certa falta de interesse da maioria das famílias, talvez as mais ricas se preocupem, mas no geral não se vê aqui o que se vê em outros países e a gente lê na história. Eu tenho ido bastante à China nos últimos tempos e vejo as famílias preocupadas com a educação de seus filhos, cobrando uma educação melhor, suplementando essa educação com sua renda muito modesta. E eles fazem um esforço para pagar mais. Esse é um tema.

Acho que o tema da infraestrutura no Brasil é dramático e nós não estamos investindo. Se o Brasil cresce mais 2 anos a 5%, vamos ter uma crise ainda mais grave do que temos hoje na infraestrutura. É preciso investir. Acho que o Governo não vai ter dinheiro para investir; vai ter que alavancar o setor privado, e é preciso que isso seja feito com mais ênfase e, em algumas áreas, com mais competência.



A sua pergunta do juro alto é realmente, a meu ver, a pergunta — mais até do que a do câmbio, até porque neste caso tem um ovo e uma galinha, se a gente quiser. O nó maior, para mim, é o nó do juro. Acho que, se o juro cair, e deve cair com o tempo, a tendência é que a pressão sobre o câmbio diminua. Eu falei um pouco sobre isso aqui e não vou repetir-me. Penso que isso tem a ver com os temas que eu mencionei.

A dívida é alta. A nossa dívida não é pequena. O nosso gasto e a nossa carga tributária são altos, e acho que temos uma política de crédito que é boa, que trouxe mais crédito para o cidadão. Eu participei dessa política; por exemplo, trazer os correspondentes bancários, que triplicaram o número de postos de atendimento bancários no País, dando acesso a dezenas de milhões de pessoas que não tinham isso. Foi uma disputa boa, inclusive aqui na Câmara. A oposição, à época, era contra essa medida.

Enfim, o crédito vem crescendo. E o Banco Central, no momento em que o crédito está subindo, porque as condições melhoraram, porque o risco baixou, ele fica apertado. Esse é o ponto.

Eu acho difícil suplementar essa política, na linha do que o Paulo sugeriu, com controles de câmbio, salários e juros. Controle de salário, acho que seria impensável. Controle de juro é mais difícil. Eu defendo, como defendi, na minha época do Banco Central, um programa para reduzir o *spread* bancário. Nós introduzimos esse programa. Foi realmente uma primeira tentativa de medir o *spread*, que nós começamos a divulgar todo mês, e apresentar uma pauta, que existe. Ela reduziu pela metade, mais ou menos, o *spread* bancário e eu acho que há espaço para que essa redução continue, dá para trabalhar nisso.

Muita coisa sobre juro. Eu vou parar por aqui, porque é um assunto que merece mais tempo, mas eu penso que o tempo está escasso.

Com relação aos contratos de 1992, na verdade a negociação foi concluída, mas os contratos demoraram bastante a serem assinados. Agora, eles existem, e me surpreende que esses contratos não estejam disponíveis. Eles existem e eu acho que eles estão disponíveis. A dívida é dívida do Tesouro. Eu suponho que isso não esteja na mão do Banco Central, mas isso... É provável que o Banco Central tenha cópia também.



Agora, os contratos, na prática, foram contratos de redução de dívida. Foi todo o exercício do Plano Brady. Era uma redução da nossa dívida, que ocorreu. E o que se emitiu foram bônus. Quer dizer, foram sete, se não me engano, instrumentos de dívida, que eu acho que até é público. Os instrumentos da emissão são esses títulos com vários prazos diferentes, com certas garantias e tudo mais. Mas, enfim, eu não tenho... Os contratos foram assinados inclusive depois. Eu era Diretor do Banco Central à época, saí em novembro de 2002. Até a minha saída, eles não tinham sido assinados. Alguma coisa do Clube de Paris se assinou, também foi renegociado, também com desconto, mas os contratos do Plano Brady foram assinados depois. Mas isso é independente; mesmo que tivessem sido assinados na minha época, obviamente eu não teria acesso ao material. Mas existe, isso eu tenho certeza de que existe.

A sua pergunta: por que não foram consideradas as ilegalidades, como contratos com juro flutuante, anatocismo, corresponsabilidade dos credores? Eu penso que, até onde o Governo entendia à época, a avaliação era de que não havia... Há uma discordância, o Governo não acredita que esses contratos eram ilegais. O que veio de juro sobre juro, que nós conseguimos reduzir muito na negociação, foi quando nós paramos de pagar; aí houve uma negociação sobre o juro atrasado, sim, que a meu ver foi amplamente favorável ao Brasil, porque nós conseguimos uma baita de uma redução, maior até do que do principal em alguns casos, mas eu não me lembro dos números exatos. Já se vão aí quase 18 anos, é muito detalhe. Foi uma negociação extremamente complexa, mas os dados existem também.

E a corresponsabilidade dos credores, ela de alguma forma foi levada em conta, porque eles deram um desconto — um desconto até bom, eu achei, na época. Na época, a gente brigava para conseguir mais, mas depois, quando acabou, me parecia — enfim, não estou querendo elogiar uma negociação da qual eu fiz parte —, mas eu achei que foi um desconto satisfatório.

Quanto à emissão de bônus externos sem registro na SEC e também com essas regras de sobrealocação e a relação com derivativos. O tipo de título que nós emitimos, acho que não era uma emissão para o público pequeno. Então eu posso estar falando aqui algo que não seja totalmente preciso, mas uma resposta iria a



algo na linha — aí eu vou me permitir, prefiro não falar do que não falar, espero que V.Exa. me dê esse espaço. Assim, que eu me lembre, era isso: não eram títulos que precisariam ser registrados na SEC porque eles não foram distribuídos para o público, esses todos que foram emitidos aí ao longo do tempo, pelo tamanho de cada título individual.

E a questão da alocação, é uma praxe no mercado se reservar um espaço. Isso ocorre nas emissões de ações também. Nas emissões de ações, eles chamam, em inglês, de “sapato verde”. Já devem ter escutado essa expressão.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Está falando dos adicionais, é isso?

O SR. ARMÍNIO FRAGA - É, os adicionais, que é o tal do *overallotment*. É praxe de mercado também um pouquinho a mais; se o mercado estiver quente, aproveita-se e faz-se a emissão.

Quanto à relação com derivativos, se os títulos servem de lastro para derivativos, eles servem sim. Existe um mercado muito ativo, muito complicado, cheio de problemas, que é o mercado que chamam de *swap de default*, que são, no fundo, contratos de seguro; é o que eles são na prática, um seguro contra uma moratória de um emissor, tanto privado quanto público. E são mercados muito pouco transparentes e que usam sim como lastro títulos do emissor. Então, quando é um mercado que funciona, vamos dizer, como um seguro contra um *default* de um país, esses contratos em geral fazem referência a títulos emitidos pelo próprio país. E é realmente um mercado extremamente complexo, mas...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Mas isso não é uma gestão temerária, operar com essas questões, dando como lastro?

O SR. ARMÍNIO FRAGA - Isso tudo acontece... Por exemplo, no caso da nossa dívida externa, é um mercado que acontece fora do Brasil, nos grandes centros financeiros, e que em alguns casos se mostrou bastante complicada, sem dúvida. E existe um movimento hoje no mundo na direção de se trazer para mercados organizados, centralizados e transparentes, que são as bolsas. Eu hoje presido o Conselho de Administração da nossa Bolsa no Brasil e acho que esse é um movimento que está ganhando força nos formuladores de política. Eu fiz parte dessa discussão enquanto Governo, inclusive na reforma do sistema de pagamentos que nós fizemos aqui no Brasil — também me desculpem por me gabar, mas foi um



grande avanço, porque todo banco que quebrava acabava ficando na conta do Governo, na conta da viúva, com o sistema de pagamento que nós tínhamos. Isso não é mais assim.

Nós também introduzimos nessa lei, que foi uma lei de 2001, a autorização... Criamos autoridade para que o Banco Central do Brasil fiscalize, sim, todas as clearings, que são onde esses mercados futuros e outros derivativos, aqui no Brasil, tendem a acontecer. Aqui no Brasil, ao contrário do que acontece lá fora, boa parte dessas negociações ocorrem na Bolsa, o que eu penso que é positivo. Não é uma garantia a prova de bala, porque a própria Bolsa tem que ser muito bem administrada, porque, se houver problemas com ela, como quase aconteceu no início de 1999, isso também pode trazer risco sistêmico. Daí a nossa preocupação, do Banco Central, em pedir ao Congresso esse poder que o Congresso nos deu. Então, eu acho que tudo aqui está mais ou menos nos caminhos.

Agora, realmente, a questão do mercado de derivativos... Eu não acho que eles devam ser demonizados, mas com certeza muita coisa aconteceu durante essa crise, que está fazendo muita gente pensar na utilidade disso, nos riscos, no espaço para manipulação, e assim por diante.

V.Exa. me perguntou sobre espaço para a queda de juros. Eu mencionei de fato na minha entrevista — não me lembro exatamente com que palavras — que eu acredito que o Brasil tem condições, sim, ao longo do tempo, de ter juros mais baixos sem ter a volta da inflação. Só que eu acho que para isso é preciso calibrar um pouco a política macroeconômica. Eu acredito que, para isso, é preciso que a taxa de crescimento do gasto público e da carga tributária caia.

Eu acho também que é preciso ficar um pouco mais de olho no crescimento do crédito. Eu acho que é importante o crédito público ajudar na hora da crise, mas eu acho que, depois que a crise passa, ele tem que voltar ao normal, porque, se não acontecer isso, o espaço que existe para a queda dos juros desaparece.

Então, eu acho que a política de exagerar no gasto público e exagerar no crédito público é uma política que provoca a alta dos juros e a queda do câmbio; e as duas coisas, ao meu ver, trazem efeitos indesejados. É assim que eu vejo.

Eu creio que os ganhos dos banqueiros e dos rentistas devem ser examinados de maneira separada. Os bancos têm uma taxa de retorno alta no



Brasil, mas não são o único setor. Acho que é um assunto bom, deve ser acompanhado sim.

Quando passei pelo Banco Central, como eu comentei, eu introduzi essa campanha para a redução do spread bancário. Sugerí também — nós apresentamos e depois acabamos, no final do Governo Fernando Henrique, encaminhando ao Congresso — um projeto de lei complementar para transferir autoridade, no que diz respeito à defesa da concorrência no sistema bancário, para o sistema de defesa da concorrência. Isso até hoje não aconteceu. É uma lei curtinha, simples. Eu não vejo por que não aprovar essa lei. Está aí parada há sete anos, eu não sei por quê. Acho que seria muito saudável, porque o Banco Central deveria ter preocupações mais sistêmicas, mais macroeconômicas, e deveria entregar essa responsabilidade — não é que o Banco Central não cumpra, o Banco Central cumpre, mas eu penso que ela estaria mais bem localizada em um órgão que só pensa nisso. Acho que seria bom, é uma garantia a mais.

Quanto à sua afirmativa de que o problema é a dívida e não o gasto, eu acho que são os dois. Acho que a dívida não é um problema insolúvel, mas ela é grande. Foi a primeira coisa que eu disse: eu acho que a nossa dívida é grande e é cara, e portanto é um assunto relevante. Eu penso que esse é um tema... Eu apenas não recomendaria nenhuma solução radical, na linha do que alguns recomendam, por exemplo...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - E por que você acha, Armínio, que o gasto é grande?

O SR. ARMÍNIO FRAGA - Eu acho que é grande, para um país de renda média ter uma carga tributária que chega a...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sim, a carga tributária, isso aí nós temos consciência de que alta.

O SR. ARMÍNIO FRAGA - É, mas o gasto também.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Mas eu quero saber é o gasto.

O SR. ARMÍNIO FRAGA - O gasto, para um país com a nossa renda, é alto para padrões globais. Eu acho que nós temos que questionar também como esse dinheiro é gasto. Acho que essa é uma disputa política que ainda não aconteceu no Brasil.



O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Deixe-me só fazer um aparte à sua fala, que eu acho importante esse tema.

O SR. ARMÍNIO FRAGA - Por favor.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Porque aí entra exatamente a análise, se você faz uma análise ascética da dívida... Ascética quer dizer o seguinte: "São números, e nós podemos jogar de lá para cá." Mas aí, atrás dos números, estão as pessoas, as opções, as escolhas, o bem-estar da população, a distribuição de renda.

Então, eu quero dizer para você o seguinte: eu, por exemplo, fui autor aqui, encabeçador do Plano Nacional de Educação no Brasil, em 1998, no tempo de Fernando Henrique Cardoso. Ora, eu apresentei um plano, em nome da sociedade civil, um estudo monumental; e pedi o gasto de 10% do PIB em educação, baseado no nosso *recall* histórico, no nosso défice histórico, e também baseado na possibilidade real de um ganho — não foi um negócio que saiu da cabeça, não, foram cálculos que foram feitos. O Brasil gasta até hoje 3,75% do PIB.

O SR. ARMÍNIO FRAGA - Mas isso, Deputado, eu...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - É isso que eu estou querendo dizer. Em saúde é a mesma coisa. Para você estabelecer um sistema único de saúde, você fala: "Não, mas você gasta..." Não, gasta pouco!

O SR. ARMÍNIO FRAGA - Eu sou a favor desse debate. Muitas vezes, no Governo, eu estive em situações — que eu prefiro não detalhar, até porque eu não me lembro de todas — em que surgia uma discussão: "*Vamos fazer isso, vamos fazer aquilo, vamos dar um subsídio para cá, vamos fazer isso para lá...*" E eu sempre, sempre nas discussões fiz questão de perguntar: "*Por que não, em vez de dar esse dinheiro para o setor tal, para a empresa tal, por que não jogamos na educação?*", sempre, sempre! Fazia até umas coisas as vezes mais provocativas: "*Vamos conectar todas as escolas do Brasil com esse dinheiro.*" "*Ah, não, agora não dá, e tal...*" É uma discussão. Eu acho que isso tudo tem que ser discutido.

Existe, no Brasil, uma tendência a criar espaços para discussão fora do Orçamento, criar fundos, isso e aquilo. Eu acho isso muito ruim. Acho que deveria estar tudo aqui dentro. Aí ia aparecer uma proposta como a sua, assim: "*Vamos jogar mais para a educação.*" Ótimo, vamos tirar dali e jogar na educação. À medida



que se vai enrijecendo o Orçamento, criando-se espaços extraorçamentários, eu acho que perde a democracia; e provavelmente perde, nessa história toda, a justiça social, a distribuição de renda e tudo mais.

V.Exa. fala em renegociar a dívida. Eu sinceramente acho que não é o melhor caminho. Eu acho que é melhor enfrentar essa questão. Ela tem evoluído favoravelmente. Eu acho que nós temos que acreditar, o modelo está dando certo. Agora, o País precisa investir mais também, negócio de oferta e demanda. Às vezes a demanda está crescendo, a oferta precisa crescer. Aí, ajuda, não há gargalo. Acho que o Paulo falou dos gargalos de infraestrutura. Eu acho que ele tem toda razão, eu acho que é isso aí mesmo: vai “engargalar” e vai dar problema. Tem que investir.

Com relação à conta CC-5, eu falei um pouco já sobre isso e sobre a anistia. Esse é um tema quente. A história da CC-5 foi uma história de sair do mercado paralelo. Teve evoluções ao longo do tempo. Eu participei de parte desse processo. Eu posso lhe garantir que o nosso objetivo sempre foi facilitar a vida de quem não tem medo da luz e correr atrás de quem é bandido. Isso foi o que foi feito.

Existem questões sobre várias dessas decisões ao longo dos anos, algumas foram tomadas, nem sempre... Aí é um outro ponto também, para quem vai trabalhar em Governo é uma coisa complicada. Para quem faz o que eu fiz, ir duas vezes para o Governo, é extremamente difícil acertar 100% em todas as decisões. São decisões frequentemente que são tomadas em condições de grande incerteza. Eu acho que é importante é consertar. E eu acho que ao longo do tempo o Banco Central acertou nessa questão. Ele trouxe esse mercado à luz do dia e tudo foi feito aí, eu posso garantir, é uma coisa institucional, o Banco Central é um órgão de Estado, uma burocracia de primeira, e eu acho que isso foi feito com o maior carinho.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - V.Sa. confirma... V.Sa. me permite só um aparte?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Votação nominal. Vamos falar só 30 segundos, aproveitando o tema que o nosso convidado...

O SR. ARMÍNIO FRAGA - Deputado, eu queria fazer uma...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - É que eu vi uma entrevista...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Márcio Reinaldo Moreira) - Não posso ficar retido na Presidência, Deputado Ivan Valente.

O SR. ARMÍNIO FRAGA - Deputado, eu queria fazer uma proposta a V.Exa.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - O Deputado Pedro Fernandes podia assumir a Presidência..

O SR. PRESIDENTE (Deputado Márcio Reinaldo Moreira) - Não, não pode.

O SR. ARMÍNIO FRAGA - Deputado, eu vou fazer uma coisa: V.Exa. já viu que eu não fujo de perguntas, eu respondo todas as suas perguntas. Eu posso continuar a responder...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Não, é que eu acho interessante, já que é uma grande oportunidade V.Exa. estar aqui...

O SR. ARMÍNIO FRAGA - Mas eu estou aqui sempre.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE -... fazendo um depoimento desse porte na nossa CPI, que infelizmente está vazia, tem poucos Deputados aqui.

O SR. ARMÍNIO FRAGA - Não, mas a qualidade é que importa.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Então...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Márcio Reinaldo Moreira) - Convido o Deputado Alfredo Kaefer para assumir a Presidência enquanto eu vou me ausentar. Eu não posso ficar retido aqui. O Deputado Ivan Valente quer fazer um diálogo especial. Não é possível isso.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Se o senhor me convidar para assumir a Presidência, como eu sou o 2º Vice-Presidente, eu posso assumir.

O SR. ARMÍNIO FRAGA - Deixa eu responder, porque eu também tenho que ir embora.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Márcio Reinaldo Moreira) - Pode vir assumir a Presidência. Eu preciso me retirar também, eu preciso votar.

O SR. ARMÍNIO FRAGA - Não, não segura ele lá, Deputado.

Mas, Deputado, eu ainda tenho algumas aqui. A questão da anistia.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. ARMÍNIO FRAGA - A questão da anistia é extremamente complicada, eu não tenho opinião firme sobre o tema. Eu acho que é uma questão ética muito difícil. Eu penso que existem gradações de crime no dinheiro não declarado, mas o



fato é que ele é todo de origem, de uma forma ou de outra, ilegal. Alguma origem ilegítima talvez tenha até acontecido na época da hiperinflação, etc. “*Eu vou tirar um pouco do dinheiro daqui*”. Eu não sei.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - O senhor é contra, eu entendi.

O SR. ARMÍNIO FRAGA - Eu não tenho opinião formada ainda. Eu preciso ver a forma final do projeto.

Com relação às operações de mercado aberto, é claro que elas guardam um paralelo com acumulação de reservas — desculpa por eu estar falando um pouco mais rápido aqui —, mas porque é natural. Se o Governo não emitir títulos para enxugar, ocorre uma inundação monetária e isso é o que se procura evitar. Mas é verdade que isso chama a atenção. De fato, existe um custo de acumular tanta reserva. É um custo benefício, eu acho que até agora ele valeu a pena, mas não é barato. É um seguro, mas não é barato.

Com relação a quem são os credores, que foi a última pergunta e o perfil, eu sinceramente não sei quais são as razões e quais são os limites que a área jurídica do Governo vê para divulgar isso de uma forma mais fina ou mais, vamos dizer, classificada em grupos, por exemplo. Eu não sei. Eu não sei dizer. Eu acho que seria interessante, mas eu não sei. Individualmente, eu acho que é impossível, por razões de sigilo. Alguma divulgação por classe de detentor seria interessante. Mesmo com essa é preciso tomar um certo cuidado, pelo seguinte: X% estão nas mãos dos bancos. E quem são os credores dos bancos? É o povo também. De certa forma, em última instância é isso.

O Deputado Hauly não me dirigiu pergunta, falou da ferida mortal, etc. e o Deputado Paulo Rubem falou do fim do pensamento único. Eu acho ótimo — acho que ele já foi também —, enfim, eu também acho bom, negócio de pensamento único é um perigo.

O Deputado Pedro Fernandes fez uma pergunta mais direta sobre a minha opinião sobre a independência ...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Márcio Reinaldo Moreira) - Dr. Armino Fraga, desculpe-me, eu vou ter que me ausentar. Passo a Presidência ao Deputado Alfredo Kaefer. Agradeço a V.Exa. a brilhante exposição.

Muito obrigado a todos.



O SR. ARMÍNIO FRAGA - Falta só uma pergunta do Deputado Pedro Fernandes e 3 ou 4 perguntas do próprio...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - E tem direito de réplica, viu, Armínio, aqui, regimentalmente...

O SR. ARMÍNIO FRAGA - Tudo bem, deixa eu terminar. Posso terminar?

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Não é nada com você, não, é que o Relator, como você pôde perceber, ele não perguntou no começo nem no fim. Então nós fazemos isso, entendeu? Quem pergunta no começo e no fim tem direito à réplica para poder explorar ao máximo a presença dos nossos convidados aqui.

O SR. ARMÍNIO FRAGA - Sr. Presidente, se o senhor permitir, eu termino aqui rapidamente.

A pergunta do Deputado Pedro Fernandes sobre a independência do Banco Central. Eu sou a favor de uma autonomia do Banco Central muito bem definida, a chamada autonomia operacional. Ou seja, o Banco Central não pode ser livre para fazer o que quiser, ele tem que receber uma missão do Governo e tem que seguir, correr atrás dessa missão. Desse modelo eu gosto. Acho que o Brasil provavelmente... Eu tive ocasião de discutir este tema aqui na Câmara tem um ano mais ou menos. Eu infelizmente acho que essa ideia ainda não está madura aqui no nosso querido País.

Com relação ao Deputado Alfredo Kaefer, foram duas perguntas, uma sobre como reduzir os juros e alongar a dívida e a outra sobre câmbio administrado e também a valorização do real. Eu não acredito num mercado de câmbio totalmente livre. Eu acho que o Banco Central tem que sempre ter o direito e a munição para intervir. E ele tem feito isso, fez isso na minha época e continua a fazer hoje. Acredito que o Banco Central pode também regular o mercado, como tem feito. Eu tenho uma certa predileção por medidas de caráter prudencial que visem coibir grandes alavancagens, grandes descasamentos, acho que isso é péssimo. Inclusive acho que essas medidas devem, como recentemente o Banco Central fez, numa circular, a partir dessa crise das empresas que tinham vendido muito câmbio a descoberto durante esse última crise, o Banco Central está pedindo informação, está querendo consolidar isso. Acho que é uma medida muito boa.



Eu sou a favor em geral. Eu sou um pouco cétilo em relação a uma volta a um modelo de câmbio administrado. É muito... Eu acho perigoso ter uma meta de câmbio real. Acho que isso em tese é possível, se houver controles à prova de vazamento do câmbio, mas na prática é difícil. Então, no fundo, acho que é um jogo. Hein, Paulo? É uma conversa nossa que a gente já vinha tendo aqui. Eu acho que é um alvo móvel e eu acho que o Governo pode e deve, sim, se posicionar. Mas eu acho que ter uma meta de câmbio real é perigoso e nós já tivemos isso ao longo dos anos e não deu certo. Então é um pouco uma visão mais intermediária, é uma administração, vamos dizer, mais leve, mais presente.

Quanto à redução do juros, eu já mencionei a minha visão, assim como o alongamento. Eu penso que o alongamento vem ocorrendo naturalmente. Acredito até que o Governo, hoje, não alongue mais. Estou falando da minha cabeça, ninguém me falou nada, porque é caro, é muito caro. Então é uma perene briga. Então acho que é uma decisão difícil que o Governo tem que tomar. Por exemplo, as NTN-Bs, que são os títulos indexados de longo prazo do Tesouro, rendem 6,6% real. É muito alto. Quanto o Governo quer vender? Eu venderia um pouco desse título, porque os fundos de pensão compram, e eu acho que com o tempo eles vão jogar esse juro para baixo. Mas aí entra numa outra questão que é a própria meta atuarial dos fundos, que é de 6%. Acho uma meta muito elevada, talvez em algum momento isso tenha que ser revisado.

É isso. Com isso eu acho que eu concluo. Espero as respostas, as perguntas que me foram dirigidas. Mais uma vez, agradeço muito o convite que me foi feito e a honra de estar aqui mais uma vez.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alfredo Kaefer) - Uma última intervenção do Deputado Marcelo Itagiba.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Eu queria 1 minuto também, Deputado Kaefer, eu queria 1 minuto só.

O SR. DEPUTADO MARCELO ITAGIBA - Obrigado, Presidente. Eu queria aqui, primeiro, fazer um testemunho no que diz respeito à pessoa do Sr. Armínio Fraga. Conheço-o de longa data, conheço a sua competência, conheço a sua integridade, que vem de berço, e sei como ele conduziu com correção os caminhos da economia do País no Banco Central. Nem por isso deixo de fazer alguma crítica,



não à gestão do Sr. Armínio Fraga à frente do Banco Central, mas posso dizer, com certeza, que o Governo anterior fez com que os banqueiros ainda continuassem ricos, mas com uma coisa importante: sem banco. Ou seja, permaneceram com seus patrimônios pessoais, mas perderam seus bancos em função de uma gestão muitas vezes dolosa, o que é algo de positivo. No atual Governo, o que eu vejo é o contrário: eu vejo aqueles bancos que estavam num processo de insolvência continuarem com os seus donos e os banqueiros continuarem ricos, o que eu acho que é um problema grave.

E eu queria aproveitar a presença do Sr. Armínio Fraga aqui entre nós para fazer uma pergunta pontual a ele no que diz respeito à questão que foi trazida no Jornal *Valor*, na semana passada, e que resultou agora na demissão de um diretor importante do Banco Central. E, nos fatos que ele narra — e eu gostaria que o senhor, com a experiência que tem e pelo trabalho que ali executou —, narra situações que me parecem criminosas praticadas no âmbito do Banco Central, que levam à questão da especulação de moeda e outras denúncias ali feitas. Inclusive, eu estou preparando uma formulação ao Ministério Público Federal no sentido de que apure as denúncias por ele feitas, que me pareceram bastante graves.

Queria que o senhor, com a experiência que tem, pudesse retratar o que depreendeu ou entendeu dessa questão trazida pelo Jornal *Valor* e que resultou nessa demissão, tendo em vista que isso faz parte, com certeza, da questão que envolve também a dívida pública deste País.

Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO PEDRO FERNANDES - Sr. Presidente, só queria fazer uma indagação, se o Sr. Armínio Fraga respondeu sobre a questão da independência do Banco Central. Se ele respondeu, vejo nas notas taquigráficas. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Fernandes) - Para finalizar, nosso convidado Armínio Fraga.

O SR. ARMÍNIO FRAGA - Obrigado, Presidente. Deputado Marcelo Itagiba, muito obrigado pelas suas generosas palavras, que me tocam, me tocam mesmo. Eu li a matéria do *Valor* sobre o Diretor Mário Torós, mas não li, assim, anotando ali linha a linha, li um pouco na diagonal. Muita coisa, de fato, que saiu ali — acho que



o jornalista Elio Gaspari escreveu uma coluna ontem, se não me engano, falando sobre isso — eram assuntos públicos, o que me surpreendeu mais foi esses assuntos terem sido revisitados, e eu não entendi muito bem o porquê. Achei aquilo surpreendente. Assuntos mais internos lá do Banco, discussões entre eles. A questão do câmbio houve realmente no mercado, eu administro investimentos, houve um momento em que o mercado, no meio daquela confusão, achou que o Governo de fato não ia mais entrar no mercado de câmbio e aquilo provocou um pânico adicional. Eles viveram várias questões ligadas a bancos menores que perderam a sua captação. Essa crise expôs realmente uma falha no desenho desse negócio. Os bancos menores com captação no atacado, quando vem a crise, ficam expostos. O famoso investidor Warren Buffet diz: “*Quando a maré baixa é que se vê quem está nadando sem calção*”.

Então acho que aconteceu um pouco isso, mas eu não sei, eu precisaria reler. Não estou fugindo, não, é que, assim, assuntos pudesse ser algo... A política de administração dos bancos é sem dúvida a mais complicada. Eu acho que na administração do câmbio nada me chamou tanto a atenção. Na administração dos bancos, eu tendo a concordar com a coluna do Elio Gaspari. Nem sempre eu concordo, mas nesse caso, talvez, sim, mas eu precisaria reler. Não estou fugindo não, mas é que eu não me lembro. Talvez se V.Exa. me refrescar a memória eu possa ser mais específico.

O SR. DEPUTADO MARCELO ITAGIBA - Eu espero que V.Exa. releia e possa trazer subsídios a esta Casa, porque, como eu disse, no outro Governo os banqueiros ficaram ricos, mas ficaram sem os bancos. Nesse eles continuam ricos e continuam com os seus bancos, porque, na verdade, o que houve foi uma associação entre Governo e banco para que as pessoas permanecessem no mesmo.

O SR. ARMÍNIO FRAGA - Acho que neste e no anterior, que eu saiba, em todos os bancos que quebraram os donos ficaram com os bens indisponíveis. Se eles ficaram ricos é porque têm alguma coisa escondida por aí. Mas, até aonde é possível, o Banco Central vai em cima. Até existem questões importantes a se discutir sobre exatamente até onde deve ir essa responsabilidade objetiva e



solidária. Tem funcionado bem, até acho que o mundo está vindo nessa direção. É difícil só pelo artigo chegar à conclusão de houve alguma coisa.

O SR. DEPUTADO MARCELO ITAGIBA - Eu comprehendo a dificuldade de quem cuida de investimento dos outros poder se manifestar contra uma instituição tão poderosa e tão forte como o Banco Central.

O SR. ARMÍNIO FRAGA - Não é isso não. Eu vejo ali diálogos que por si só... No meio de uma crise, o sujeito está conversando... A coisa do Banco do Brasil, por exemplo. O Banco do Brasil negociou. Eu acho que cabe perguntar ao Banco do Brasil: em que condições vocês negociaram a compra da participação no outro banco, Banco Votorantim, no caso. Eu não vi ali nada que pudesse ser visto, ser interpretado como um favoritismo fora de uma decisão, a meu ver correta, de oferecer liquidez a esses bancos, até porque eu acredito que a esmagadora maioria desses bancos pequenos estavam pouco alavancados e as carteiras eram boas. Foi uma corrida genuína contra eles, e a resposta do Banco Central nessa hora é dar liquidez, na forma de um programa. Dar liquidez contra boas garantias.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. ARMÍNIO FRAGA - Não, o PROER era outra coisa. O PROER era uma espécie de liquidação ordenada dos bancos no meio de uma crise. Aliás, um bom tema, porque o Banco Central colocou em audiência pública agora uma minuta de um projeto de lei justamente para revisar esses temas todos. Eu até, nas últimas duas vezes que estive aqui nesta Casa, mencionei que me parecia ser o momento apropriado, porque nós não estamos no meio de uma crise sistêmica, não há nenhuma indicação de que estaremos em um futuro visível. É nessa hora que é bom discutir isso. Enfim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alfredo Kaefer) - Obrigado ao nosso convidado, Armínio Fraga.

Ao concluir, queremos agradecer a participação aos nossos convidados Paulo Passarinho, Armínio Fraga. Estou convencido de que contribuímos com o debate. A nossa CPI da Dívida Pública tem como missão trazer esclarecimentos à sociedade, muitas vezes não mais do que estatísticas. Eu, pessoalmente, sempre tenho dito que tão importante quanto dizer como foi construída e constituída a nossa dívida é dar indicativos e caminhos para que a tenhamos resolução de algo que é



extremamente importante para o País. Pesa no nosso orçamento é a preocupação macroeconômica.

Muito obrigado aos convidados.

Nada mais havendo a tratar, encerro os trabalhos, antes convocando os Srs. Deputados para a próxima reunião ordinária.